



Ferbasa

Relatório da
ADMINISTRAÇÃO
2025

FESA
B3 LISTED N1



Fundação José Carvalho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Há 50 anos, em meio ao árduo trabalho exigido pelas unidades operacionais à época em funcionamento, bem próximo aos pátios de ligas produzidas na primeira fábrica, um pilar de transformação social se erguia: a **Fundação José Carvalho (FJC)**. Em 2025, celebramos o cinquentenário da FUNDAÇÃO, orgulhosos pela alta missão de perpetuar a visão humanística de seu criador, José Carvalho, segundo o qual o sucesso empresarial transcende os lucros e se faz semente de oportunidade para milhares de crianças e jovens carentes.

José Carvalho, em mais uma de suas valiosas lições no campo da dignidade humana, a partir de um forte sentimento de gratidão, constituiu a FUNDAÇÃO que, com suas camadas repletas de significado e valor, nessas cinco décadas tem beneficiado dezenas de milhares de alunos, do Ensino Fundamental ao Médio, em suas seis escolas próprias e dois projetos socioeducativos, atendendo anualmente cerca de 4.000 estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e, por vezes, expostos a outras fragilidades sociais. Cada uma dessas unidades educacionais representa um marco e cada aluno formado simboliza a esperança renovada pelo empenho de uma rede que, após meio século, segue convicta de seu papel indissolúvel de transformação do tecido social do interior da Bahia por meio da EDUCAÇÃO de QUALIDADE.

A partir de 1975, os objetivos empresariais e educacionais passaram a interligar as preocupações, os ideais e, dentro da união desses contextos, a FERBASA passou a representar o principal motor do projeto, tornando mandatória a necessidade de assuntos distintos caminharem juntos, sob olhar perscrutador e atento do autor das duas obras, cujos direcionamentos continuarão ancorando o nosso propósito institucional, lembrando-nos sempre de que o verdadeiro e mais precioso metal reluz no solo fértil das escolas, onde o real valor floresce e os resultados financeiros da Companhia viram dignidade social e desenvolvimento para as futuras gerações.

Imbuída do propósito de garantir a perenidade de todo esse legado, a FERBASA encerrou 2025 atuando duramente para superar os percalços que têm afetado o seu resiliente modelo de negócio, principalmente em relação à volatilidade global. Mesmo sob pressão de custos e protecionismo, a Empresa priorizou a eficiência operacional com a implementação de projetos estruturantes, como a nova unidade fabril de biorredutor em Maracás e a expansão da produção de minério de cromo. Avanços técnicos na planta de cal e a conclusão do escopo da nova fábrica de FeCrAC evidenciam o foco contínuo em competitividade e inovação tecnológica. A austeridade foi o mote para a preservação do caixa, enquanto o plano de segurança e a mitigação dos impactos ao meio ambiente seguiram como prioridades estratégicas. Paralelamente, a estrutura de capital foi otimizada via Programa Brasil Soberano, garantindo melhor custo financeiro e prazos de endividamento mais favoráveis. O exercício consolidou a solidez da empresa, que deliberou pela distribuição de R\$ 240 milhões em proventos, mantendo o compromisso com a remuneração aos acionistas.

Em face desse cenário tão complexo percorrido em 2025 e das inquietantes incertezas globais relacionadas a 2026, expressamos o mais sincero reconhecimento aos nossos colaboradores, que trabalham com afinco, engajamento, dedicação e determinação no enfrentamento de todas as adversidades. Da mesma forma, reiteramos nosso agradecimento aos acionistas, clientes, fornecedores e ao mercado pela confiança depositada na FERBASA. Nossa responsabilidade perante os diversos públicos reflete valores essenciais que asseguram uma administração pautada na ética, na transparência e no compromisso inabalável com a sustentabilidade.

Seguimos guiados pela visão de nosso instituidor, José Carvalho, conciliando eficiência operacional, planejamento, disciplina e austeridade para assegurar a sustentabilidade do negócio e a preservação do valor institucional da FERBASA, a longo prazo.

2. PERFIL CORPORATIVO

A FERBASA, em sua sólida trajetória de 65 anos, é líder nacional na produção de ferroligas e única produtora de ferrocromo nas Américas. A Companhia tradicionalmente figura entre as maiores empresas da Bahia e, em 2025, manteve-se entre as 10 maiores indústrias do Estado, segundo o ranking anual do Valor 1.000. Com o ciclo de produção integrado e verticalizado nas áreas de metalurgia, mineração, recursos florestais e energia renovável, sua atuação é respaldada por um sólido Sistema de Gestão Integrada, certificado em conformidade com as normas ISO 9001, 14001 e 45001.

O portfólio da Empresa, composto pelas ligas de ferrocromo alto carbono (FeCrAC), ferrocromo baixo Carbono (FeCrBC), ferrossilício 75 (FeSi 75), ferrossilício 75 alta pureza (FeSi HP) e ferrossilício cromo (FeSiCr), é destinado, predominantemente, ao setor siderúrgico e à fabricação de aços inoxidáveis e especiais, voltado ao atendimento do mercado nacional, da União Europeia e países como Japão, China e Estados Unidos.

O segmento de mineração compreende duas unidades de extração de minério de cromo (uma subterrânea e outra a céu aberto), duas minas de quartzo e uma planta de produção de cal virgem, localizadas nas regiões Centro-Norte e Nordeste do Estado. A extração de minérios é direcionada, quase em sua totalidade, à unidade metalúrgica, em Pojuca/BA, onde são produzidas as ferroligas em 14 fornos elétricos, equipados com filtros de manga aptos a neutralizar o lançamento de material particulado na atmosfera. A área florestal totaliza 64 mil hectares, dos quais, cerca de 25 mil são utilizados para o plantio de florestas renováveis de eucalipto, posteriormente convertidas em biorredutor – matéria-prima do ferrossilício. A extensão remanescente do ativo florestal engloba áreas de reserva legal, aceiros, matas nativas, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), dentre outras caracterizações.

Orientada pela sustentabilidade e verticalização do negócio, a estratégia da Empresa foi fortalecida com a incorporação do Complexo Eólico BW Guirapá, situado nos municípios de Caetité e Pindaí/BA. Os 07 parques terão sua energia limpa e renovável disponível para integrar o mix de abastecimento da FERBASA a partir de 2036, seja para consumo próprio ou comercialização da energia gerada.

A FERBASA possui um Escritório Corporativo localizado em Salvador/BA, onde centraliza os atendimentos de todas as unidades operacionais do Grupo, presentes em 18 municípios baianos.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3, a FERBASA alicerça sua cultura organizacional sobre pilares inegociáveis de integridade, equidade, prestação de contas, transparência e sustentabilidade. A condução dos negócios é pautada pela clareza e independência de seus órgãos de governança, que incluem: Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento; Conselho Fiscal; e Diretoria Executiva. De modo geral, a gestão da Companhia prioriza a valorização da vida, a longevidade do negócio, a excelência dos produtos, a geração de lucro por meio de resultados operacionais positivos e o respeito socioambiental, fundamentos herdados de seu Instituidor.

Como sustentáculos desses compromissos, a Companhia utiliza um sistema robusto de procedimentos, normas e políticas periodicamente revisados. Entre os mecanismos fundamentais, destacam-se a Gestão de Riscos, o Programa de Integridade e as diretrizes ESG, com vistas a preservar os objetivos estratégicos, gerar valor contínuo e zelar pelo equilíbrio harmonioso entre os interesses de todos os *stakeholders*.

4. AMBIENTE DE MERCADO

AÇÕES PROTECIONISTAS: em 2025, as ações protecionistas dos EUA impactaram diretamente as exportações da Companhia. Até dezembro/25, as ligas de ferrossilício acumulavam 69% de sobretaxação, referente ao somatório de 19% da tarifa “Antidumping” (março/25), 10% do “Tarifaço” global (abril/25) e, em agosto, mais 40% relacionado ao “Tarifaço” exclusivo para o Brasil. Já as ligas de ferrocromo foram impactadas pela tarifação de 40% em agosto/25.

Ao longo de 2025, as vendas para a União Europeia arrefeceram pelas incertezas relacionadas às salvaguardas (ações protecionistas impostas pelo respectivo bloco de países membros) aprovadas em novembro/25 e, também, ao funcionamento do CBAM (Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono), regulação vigente a partir de janeiro/26. De maneira geral, as salvaguardas são aplicadas às ligas de silício e manganês, impondo cotas de importação por produto e país. No caso do FeSi brasileiro, a cota foi estipulada em cerca de 25 mil t/ano, com o limite trimestral em torno de 6 mil t. Após atingir esta marca, o preço deixa de ser de livre negociação, passando a vigorar o valor mínimo determinado de 2.408 EUR/t.

No que se refere ao CBAM, a União Europeia busca controlar a importação de produtos com elevado teor de carbono. A partir de 2026, as empresas exportadoras serão objeto de auditoria para certificação das emissões de suas mercadorias e a tarifação será então definida com base nas emissões de CO₂. A cobrança relacionada aos volumes entregues em 2026 será realizada em 2027. A FERBASA já vem informando suas emissões relacionadas à produção de FeCrAC aos clientes da União Europeia. Ademais, a alta participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira deve favorecer a competitividade da Companhia.

No que se refere ao segmento siderúrgico, o aço exportado do Brasil aos EUA, e também com origem em outros países, vem recebendo uma taxa de 50% desde junho/25 (exceto o Reino Unido, que manteve a tarifa anterior, de 25%). A despeito das circunstâncias adversas no principal destino internacional do aço brasileiro, o volume total de aço exportado pelo Brasil cresceu de 12,4% no 2S25 frente ao 1S25.

AÇO BRUTO: segundo dados da *World Steel Association* (WSA), em 2025, a fabricação mundial de aço bruto, relevante direcionador do consumo de ferrossilício, recuou 2% em relação a 2024, totalizando 1.849,4 Mt. A China respondeu por 52% do volume gerado. Dentre os maiores produtores mundiais, os melhores desempenhos foram da Índia (+ 10,4%), Turquia (+ 3,3%), EUA (+ 3,1%) e Irã (+ 1,2%). Já a Alemanha (- 8,6%), Rússia (- 4,5%), China (- 4,4%), Japão (- 4%), Coreia do Sul (- 2,8%) e Brasil (- 1,6%) registraram os piores resultados.

A América do Sul produziu 41,5 Mt em 2025, mantendo-se estável diante de 2024. Desse total, 33,3 Mt foram provenientes do Brasil. Conforme estatísticas do Instituto Aço Brasil (IABR), a retração de 1,6% na atividade siderúrgica brasileira no período pode ser atribuída, em grande parte, à ainda elevada entrada de aços importados (+ 7,4%), o que atenuou o bom desempenho do consumo aparente nacional (+ 2,6%).

FeSi: na China, que responde por cerca de 70% da oferta mundial de ligas de silício, foram produzidos 5,5 Mt de FeSi em 2025, o que provocou uma discreta redução em relação a 2024, acompanhando a menor demanda global pelo FeSi chinês, segundo os relatórios especializados. Atribui-se a maior parcela desta redução a diminuição de 4,4% na produção chinesa de aço bruto. Entre os últimos trimestres de 2025, o aumento no custo com redutor sustentou o preço de exportação, em dólar, do FeSi chinês.

No que concerne aos EUA, os preços do FeSi registraram queda nos últimos trimestres de 2025, o que evidenciou certa resiliência daquele mercado aos efeitos das barreiras comerciais postas em vigor desde março/25. Na União Europeia, os preços do FeSi apresentaram um comportamento análogo. No entanto, houve um aumento de 21% nos dois últimos meses do ano, aparentemente, em consequência da aprovação das citadas medidas protecionistas.

Segundo o Banco Mundial, em 2025, os preços das principais *commodities* de energia – petróleo e carvão mineral – recuaram entre 10% e 20%. Esse fato gera uma tendência global de alívio nas despesas com coque e energia elétrica, importantes componentes na formação dos custos de produção das ferroligas, especialmente as de silício.

AÇOS INOXIDÁVEIS: relatórios especializados estimam que a produção mundial de aços inoxidáveis, referência para o consumo de FeCr, totalizou 65,3 Mt em 2025, um aumento de aproximadamente 1% em relação ao ano anterior. Desse montante, a produção da China foi responsável por 64% do volume mundial e cresceu 2%. No Brasil, a expectativa é de alta de 14%, alcançando 357 mil toneladas no ano. No mesmo período, verificou-se uma elevação de 8,2% nos EUA e manutenção na Europa, com volumes anuais estimados em 2,1 Mt e 6,1 Mt, respectivamente.

FeCr: a produção mundial de FeCrAC totalizou 15,6 Mt em 2025, uma redução de 5% em relação a 2024, segundo estimativas de publicações especializadas. A África do Sul registrou retração de 40% em 2025, reflexo do desligamento de fornos iniciado no 1T25. De modo contrário, a China, que respondeu por 57% do volume global fabricado em 2025, aumentou sua produção interna em 3,8%.

Assim, em decorrência do crescimento da produção dos aços inoxidáveis e da diminuição na produção mundial de FeCrAC, observou-se uma retração do estoque global das ligas de cromo, fato não registrado desde 2020. Este aspecto pode ter sido um elemento de sustentação dos preços do FeCrAC.

Os preços da FERBASA têm como parâmetro uma “cesta” de preços internacionais, dentre os quais, os praticados pelos mercados europeu, americano e principalmente o asiático.

5. DESTAQUES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Na tabela abaixo, são apresentados os principais números do 4T25 e do resultado acumulado no exercício.

Destques (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Dólar médio praticado	5,38	5,49	-2,0%	5,73	-6,1%	5,63	5,36	5,0%
Receita líquida	602,6	542,6	11,1%	607,5	-0,8%	2.334,5	2.236,7	4,4%
Custo de produtos vendidos	540,5	499,3	8,3%	526,6	2,6%	2.066,7	1.840,1	12,3%
<i>Custo sobre receita</i>	89,7%	92,0%		86,7%		88,5%	82,3%	
EBITDA Ajustado	4,3	50,8	-91,5%	47,0	-90,9%	183,8	352,0	-47,8%
<i>Margem EBITDA</i>	0,7%	9,4%		7,7%		7,9%	15,7%	
Lucro Líquido	99,8	46,0	117,0%	126,3	-21,0%	188,7	327,8	-42,4%
<i>Margem de lucro</i>	16,6%	8,5%		20,8%		8,1%	14,7%	

PRODUÇÃO – No 4T25, foram produzidas 74,8 mil toneladas de ferroligas, uma redução de 1,2% em comparação ao 3T25, decorrente do crescimento de 3,3% nas ligas de cromo e do recuo de 11,6% nas de silício. No acumulado de 2025, a produção total de ferroligas permaneceu no mesmo patamar de 2024.

VOLUME DE VENDAS – 73,9 mil toneladas de ferroligas foram comercializadas no 4T25. A elevação de 14,8% em relação ao 3T25 deriva do aumento de 34,5% das vendas para o mercado externo e de 1,2% para o interno. O total transacionado em 2025 consolidou a alta de 6,8% frente a 2024, com elevação de 17,3% nas vendas nacionais e diminuição de 3,4% nas exportações devido ao agravamento do protecionismo global.

RECEITA LÍQUIDA – No 4T25, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 602,6 milhões. O crescimento de 11,1% em relação ao 3T25 foi motivado pelas altas de 14,8% no volume de vendas e de 1,5% no preço médio das ligas, em dólar, combinadas à desvalorização de 2% no dólar médio praticado. Na comparação entre 2024 e 2025, a receita líquida subiu 4,4%, como consequência do aumento de 3,9% da receita com ferroligas. Esse resultado reflete os incrementos de 5% no dólar médio praticado e de 6,8% nas vendas, com a redução de 7,4% no preço médio em dólar.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS – O CPV consolidado alcançou R\$ 540,5 milhões no 4T25. Houve elevação de 8,3% perante o 3T25, basicamente refletindo da alta de 13,7% no CPV das ferroligas e a variação da “exaustão do valor justo do ativo biológico” entre cada trimestre. A variação no CPV das ligas é justificada pelo avanço de 14,8% no volume de vendas e por menores custos de produção, ambos em comparação com o 3T25. No acumulado de 2025, o CPV consolidado subiu 12,3% frente a 2024 devido à ampliação de 6,8% no volume de vendas e ao aumento dos custos de produção, principalmente, com energia elétrica e minério de cromo.

DESPESAS COM VENDAS E GERAIS/ADMINISTRATIVAS – As despesas com vendas em 2025 somaram R\$ 26,8 milhões e cresceram 24,7% em relação ao ano anterior, decorrentes dos acréscimos no volume de vendas e nas despesas portuárias. As despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 219,1 milhões, estável em relação a 2024.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS – As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 118,2 milhões, frente aos R\$ 59,5 milhões registrados no ano anterior. Vale lembrar que em 2024 houve impactos positivos referentes a (i) recuperação de créditos tributários de R\$ 20,5 milhões, enquanto em 2025 esse montante foi de R\$ 3,2 milhões; e (ii) cessão de energia, que gerou receita de R\$ 9,0 milhões ante o prejuízo de R\$ 1,9 milhão em 2025.

EBITDA AJUSTADO – A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, atingiu R\$ 4,3 milhões no 4T25 com margem EBITDA de 0,7% e declínio de 91,5% em relação ao 3T25. Em 2025, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 183,8 milhões e margem de 7,9%, resultado 47,8% inferior ao de 2024, basicamente determinado pela queda nos preços em dólar das ferroligas e pelos incrementos nos custos com energia elétrica e minério de cromo.

GERAÇÃO/CONSUMO DE CAIXA – O consumo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 48,3 milhões em 2025, encerrando o exercício com uma reserva financeira de R\$ 1,085 bilhão. Deduzindo-se o endividamento de R\$ 366,9 milhões, a FERBASA finalizou 2025 com um caixa líquido de R\$ 718,4 milhões. O endividamento ao final do 4T25 passou a contemplar a captação de recursos financeiros junto ao Programa Brasil Soberano do Governo Federal, comunicado ao mercado em 22/12/25, com o objetivo de otimização da estrutura de capital da Empresa.

RESULTADO FINANCEIRO – A Companhia gerou R\$ 39,3 milhões de resultado financeiro consolidado no 4T25, superando em 65,1% o apurado no 3T25, em razão da conciliação entre o aumento de 29,7% na receita financeira, a diminuição de 43,1% na despesa financeira e o menor ganho com variação cambial. Na comparação entre 2024 e 2025, foi registrado um recuo de 15,0% no resultado financeiro, como reflexo da diminuição da receita financeira. O bom desempenho da tesouraria ao longo do ano foi impactado pela atualização monetária dos créditos tributários recuperados, que adicionou R\$ 63,7 milhões à receita financeira em 2024 e apenas R\$ 12,7 milhões em 2025.

CAPEX – Em 2025, os investimentos somaram R\$ 300,1 milhões, valor 3,9% superior a 2024. O CAPEX concentrou-se na aquisição de máquinas e equipamentos, destinados em sua maior parte às unidades de metalurgia e mineração, assim como à manutenção do ativo biológico, na área de recursos florestais. No período, o investimento em participação societária na Bahia Minas Bioenergia (empresa coligada) foi de R\$ 16,3 milhões.

LUCRO LÍQUIDO – O lucro líquido consolidado alcançou R\$ 99,8 milhões no 4T25, um aumento de 117,0% com relação ao 3T25. Entre 2024 e 2025, houve uma retração de 42,4%, decorrente dos efeitos supracitados, que serão mais bem detalhados nas seções seguintes deste relatório.

6. RESULTADOS OPERACIONAIS

6.1 Produção de ferroligas

No 4T25, a produção de ferroligas alcançou 74,8 mil toneladas. A estabilidade em relação ao trimestre anterior decorre da combinação entre a alta de 3,3% nas ligas de cromo e a queda de 11,6% nas ligas de silício. Entre 2024 e

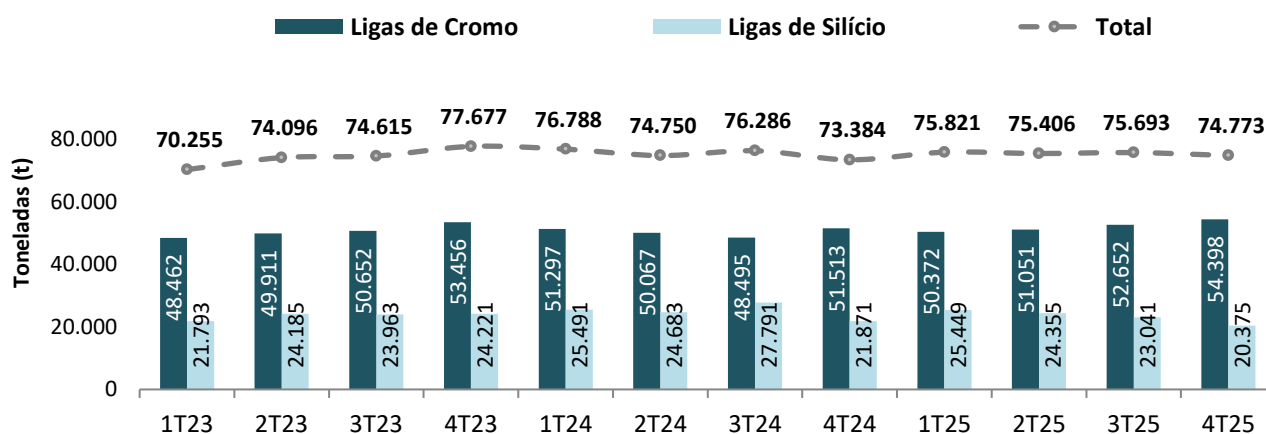
2025, a produção total de ferroligas permaneceu no mesmo patamar. É relevante salientar que uma parcela das ferroligas fabricadas é consumida internamente, como insumo nas demais cadeias produtivas.

Produção (toneladas)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Ligas de Cromo	54.398	52.652	3,3%	51.513	5,6%	208.473	201.372	3,5%
Ligas de Silício	20.375	23.041	-11,6%	21.871	-6,8%	93.220	99.836	-6,6%
Total	74.773	75.693	-1,2%	73.384	1,9%	301.693	301.208	0,2%
Utilização da capacidade instalada (MWh) %	76,3%	79,3%		76,7%		80,8%	82,3%	

A capacidade instalada, medida com base na quantidade de energia elétrica que pode ser consumida em MWh, tem como premissas a operação diária e ininterrupta dos fornos em potência normal (sem redução de potência ou desligamentos de qualquer natureza) e o mix de produtos que viabiliza a utilização dos fornos em potência máxima. O aproveitamento da capacidade instalada, por sua vez, pode ser afetado por: (i) desligamento de forno ou redução de potência para realização de manutenção, reforma ou intervenção operacional; (ii) produção de ligas que demandem redução de potência; e (iii) comercialização de parte da energia contratada no Mercado Livre.

No 4T25, a FERBASA utilizou 76,3% da capacidade instalada da planta metalúrgica, um decréscimo de 3 p.p em relação ao 3T25, decorrente de manutenções mais longas e da menor participação das ligas de silício, mais eletrointensivas, na produção total do trimestre.

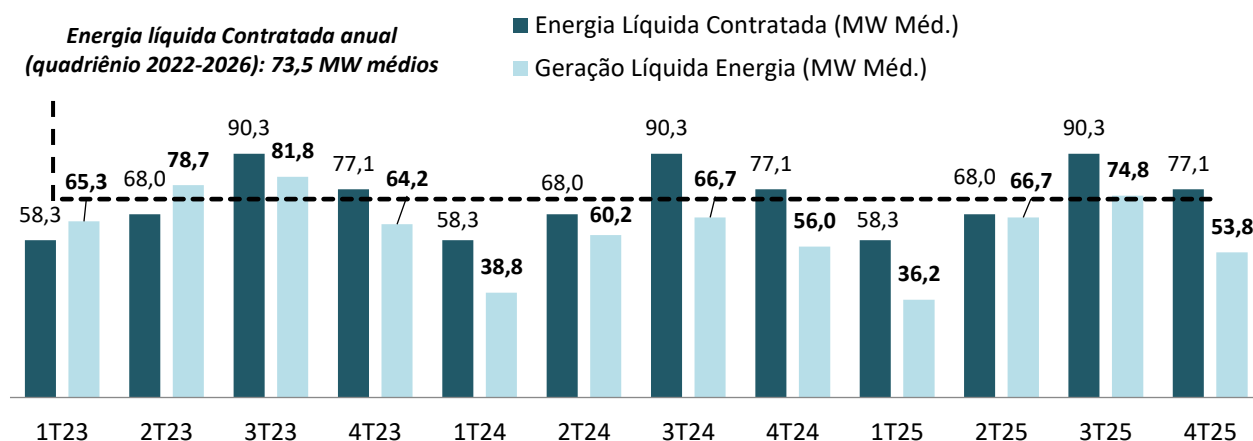
Na análise comparativa entre 2024 e 2025, a redução deriva principalmente do cenário mercadológico desfavorável para as ligas de silício, impactadas pelas ações protecionistas impostas pelos EUA e pela UE. Diante dessas circunstâncias, a Companhia priorizou as intervenções técnicas nos fornos de FeSi, a reforma do forno de FeCrBC e a venda da respectiva energia sobressalente.



6.2 Geração de Energia Elétrica – BW Guirapá

A geração líquida de energia da BW Guirapá alcançou 58 MW médios em 2025, volume 4,5% superior à geração de 2024 e 21,2% inferior aos 73,5 MW médios líquidos contratados junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Durante todos os trimestres do ano, o item de maior influência nesse desempenho foi o conjunto de restrições impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que frustrou 17,4 MW médios da geração anual de energia do Complexo Eólico. A maior parte dessas restrições advém da necessidade de balanceamento do sistema de transmissão, em períodos com alta geração de energia frente ao consumo da rede. Na ausência dessas restrições, a geração líquida dos parques superaria em 1,9 MW médio a energia líquida contratada.

No 4T25, a geração foi de 53,8 MW médios, patamar 3,9% inferior ao 4T24, períodos com características sazonais similares. As restrições impostas pelo ONS constituíram a mais relevante influência no desempenho do Complexo Eólico nessa comparação trimestral.



Em resumo, os principais fatores que influenciam a geração de energia da BW Guirapá são: (i) a disponibilidade operacional de todo o Complexo Eólico que, no caso do aerogerador, está relacionada ao tempo disponível para operar e ao tempo relativo à efetiva geração (disponibilidade por energia); (ii) o desempenho dos aerogeradores, medido pela associação entre a geração real e a esperada, em função da curva de potência teórica da turbina; (iii) as condições climáticas da atmosfera, que refletem a qualidade dos ventos (velocidade e densidade) e são determinantes para o nível de geração de energia; (iv) as restrições sistêmicas impostas pelo ONS; e (v) as perdas elétricas internas e externas.

A diferença entre a geração contratada de 77,1 MW médios para o 4T25 e a geração líquida realizada, de 53,8 MW médios, pode ser assim explicada:

4T25 – Fatores gerenciáveis (- 3,8 MW médios):

- A disponibilidade realizada de 97,0% provocou o decréscimo de **2,5 MW** médios na geração de energia, resultado majoritariamente relacionado aos danos em turbinas eólicas, em especial nos geradores e *gearboxes*.
- A performance média realizada de 98,3%, que implicou a diminuição de **1,3 MW** médio, em consequência da calibragem dos equipamentos que orientam os aerogeradores.

4T25 - Fatores não gerenciáveis (- 19,6 MW médios):

- O clima afetou negativamente a geração líquida contratada em **1,2 MW** médios.
- A persistência do elevado nível das restrições impostas pelo ONS em seu gerenciamento do Sistema Interligado Nacional (SIN) frustraram **14,9 MW** médios da geração do Parque Eólico no período analisado.
- As perdas elétricas internas e externas referentes, respectivamente, aos equipamentos e ao sistema de transmissão (perdas sistêmicas externas – rateio do ONS), suprimiram **3,5 MW** médios da geração contratada.

Em 2025, a BW Guirapá aperfeiçoou sua gestão operacional por meio da melhoria no monitoramento preventivo dos principais componentes dos aerogeradores e dos controles de produção, o que otimizou o planejamento das manutenções. Tais iniciativas geraram um desempenho técnico mais próximo ao esperado e promoveram a diminuição de custos mediante a antecipação de falhas nos equipamentos.

Todavia, do ponto de vista da geração efetiva no ano, o excesso de restrições impostas pelo ONS, problema enfrentado por todo segmento nacional de geração de energia eólica e solar, em particular os empreendimentos situados no Norte e Nordeste do País, continuou impactando os resultados da Companhia. Em resposta, a FERBASA participou, como associada, de uma ação judicial proposta pela ABEEÓLICA, que questiona as regras homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para justificar os cortes na energia gerada. Paralelamente, ajuizou ação individual contra a ANEEL para preservar a Companhia ante os efeitos financeiros destas restrições, fundamentada no contrato de fornecimento firmado junto à CCEE, que caracteriza a geração do Parque Eólico BW Guirapá, de forma exclusiva, como energia de reserva.

7. VENDAS

No 4T25, foram comercializadas 73,9 mil toneladas de ferroligas, uma elevação de 14,8% em relação ao 3T25, decorrente dos aumentos de 34,5% nas exportações (ME) e de 1,2% nas vendas para o mercado interno (MI).

O volume total comercializado no ano (que inclui o consumo do estoque de ligas) aumentou 6,8% frente a 2024, resultado do avanço de 17,3% no MI e do recuo de 3,4% nas exportações. No MI, a produção siderúrgica nacional superou as expectativas e foi marcada pelo esforço na recomposição dos estoques de aço durante 2025, o que contribuiu com o bom desempenho das vendas de ferroligas em relação a 2024, principalmente no que se refere ao ferro-cromo. Já no ME, as vendas de ambas as ferroligas foram comprometidas pelas medidas protecionistas norte-americanas. Além disso, ao longo do ano houve muita cautela no mercado de ligas de silício em função das incertezas relacionadas ao formato final das salvaguardas na União Europeia. Em novembro, foram definidas cotas de exportação, em volume, para os principais países fornecedores da região, consoante o comentário do item “3. Ambiente de Mercado”. Diante desse cenário desafiador, a FERBASA manteve-se flexível para direcionar os seus produtos ao atendimento da demanda brasileira e às exportações, conforme as circunstâncias mercadológicas.

Vendas (toneladas)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ligas de Cromo	33.237	33.125	0,3%	28.303	17,4%	134.003	109.316	22,6%
Ligas de Silício	5.386	5.041	6,8%	6.688	-19,5%	20.579	22.412	-8,2%
Total MI	38.623	38.166	1,2%	34.991	10,4%	154.582	131.728	17,3%
MERCADO EXTERNO								
Ligas de Cromo	21.155	6.105	246,5%	23.144	-8,6%	54.606	64.163	-14,9%
Ligas de Silício	14.106	20.113	-29,9%	15.666	-10,0%	77.590	72.732	6,7%
Total ME	35.261	26.218	34,5%	38.810	-9,1%	132.196	136.895	-3,4%
TOTAL (MI + ME)	73.884	64.384	14,8%	73.801	0,1%	286.778	268.623	6,8%

7.1 Receita Líquida

A receita líquida consolidada do 4T25 totalizou R\$ 602,6 milhões, um crescimento de 11,1% ante o 3T25, fruto da elevação de 14,2% da receita com ferroligas. Essa variação exprime as altas de 14,8% no volume de vendas e de 1,5% no preço médio das ligas, em dólar, combinadas à desvalorização de 2% no dólar médio praticado.

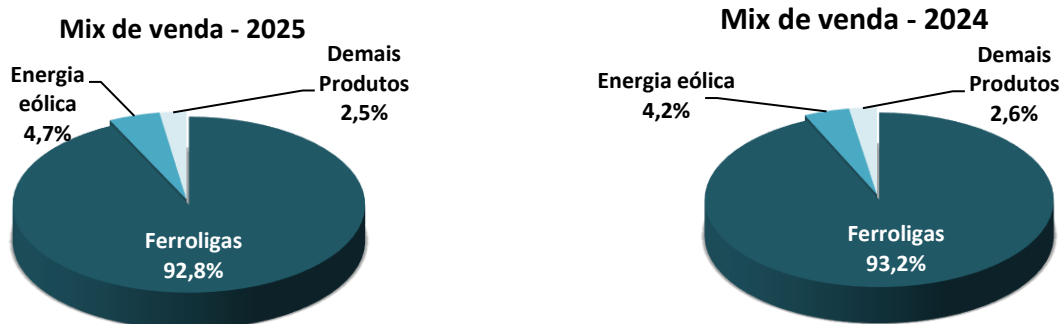
Na comparação com 2024, a receita líquida consolidada subiu 4,4%, como consequência do aumento de 3,9% da receita com ferroligas. Esse resultado concilia os incrementos de 5% no dólar médio praticado e de 6,8% no volume de vendas, com a queda de 7,4% no preço médio em dólar das ferroligas.

Receita Líquida (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ferroligas	284,6	288,4	-1,3%	264,0	7,8%	1.141,4	981,8	16,3%
Energia eólica	25,2	34,4	-26,7%	24,0	5,0%	110,0	94,1	16,9%
Demais Produtos (*)	15,0	15,6	-3,8%	15,1	-0,7%	57,7	57,7	0,0%
Total MI	324,8	338,4	-4,0%	303,1	7,2%	1.309,1	1.133,6	15,5%
MERCADO EXTERNO								
Ferroligas	277,8	204,2	36,0%	304,4	-8,7%	1.025,4	1.103,1	-7,0%
Total ME	277,8	204,2	36,0%	304,4	-8,7%	1.025,4	1.103,1	-7,0%
TOTAL (MI+ME)	602,6	542,6	11,1%	607,5	-0,8%	2.334,5	2.236,7	4,4%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,38	5,49	-2,0%	5,73	-6,1%	5,63	5,36	5,0%

(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

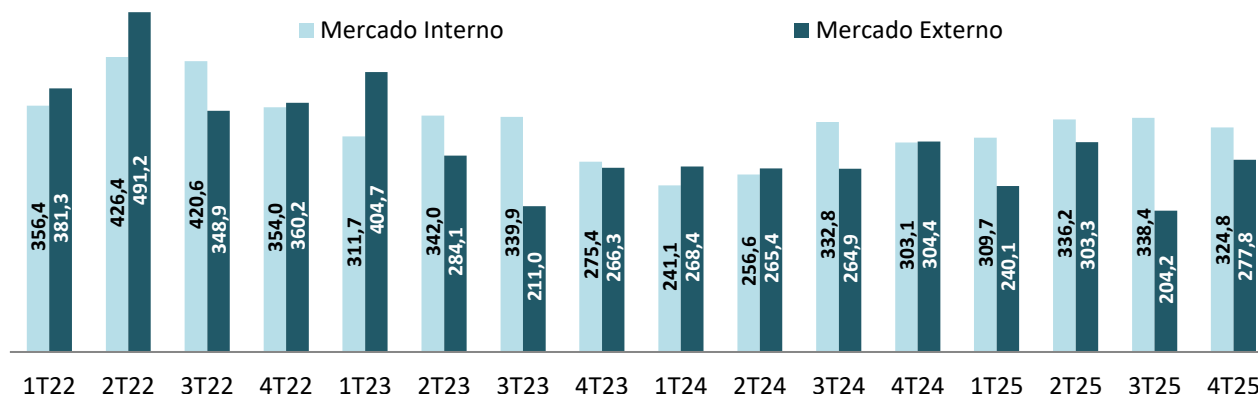
7.2 Receita Líquida por Produto e Mercado

A receita líquida por produto é apresentada no gráfico abaixo:



Conforme citado no item “3 - Ambiente de Mercado”, em 2025, a África do Sul desacelerou fortemente a produção de ferrocromo, em função de suas margens pressionadas pelo elevado custo da energia e do excesso de oferta mundial nos últimos anos. Esse ambiente resultou na alta do “estoque global” e no baixo patamar de preço médio para essas ligas desde o 4T24. Na China, em específico, relatórios sugerem crescimento da produção de FeCrAC entre o 2T25 e o 4T25, mesmo com preços ainda em baixos patamares. Em relação ao ferrossilício, além do momento de cautela no mercado, motivado pelo processo *antidumping* e pela elevação nas demais tarifas protecionistas dos Estados Unidos, ao longo do ano ainda se somaram às incertezas relacionadas às salvaguardas e ao CBAM, ambos na União Europeia. A FERBASA vem acompanhando tais movimentos com atenção e diligência.

Distribuição da receita líquida por mercado (em R\$ milhões)



8. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

No 4T25, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi de R\$ 540,5 milhões, uma elevação de 8,3% frente ao 3T25, em grande parte justificada pela ampliação do volume de vendas em 14,8%. Dentro desse montante, destacamos o efeito da linha “exaustão do valor justo do ativo biológico” no valor de R\$ 15,9 milhões.

No consolidado de 2025, o CPV subiu 12,3% quando comparado ao de 2024, basicamente influenciado pelo crescimento de 13,1% no CPV das ferroligas. Essas variações são explicadas principalmente pela adição de 6,8% no volume de vendas e por maiores custos de produção com energia elétrica e minério de cromo. No que se refere ao custo da energia consumida pelas ligas, a alta de 13,8% em 2025 se explica pelo: (i) retorno aos patamares habituais da tarifa do contrato com a CHESF em 2025, após o favorecimento obtido em 2024; (ii) início do contrato de energia contemplando o benefício da Autoprodução por Equiparação - APE; e (iii) nível dos encargos setoriais.

Com relação ao ferrocromo alto carbono (FeCrAC), a elevação nos custos de produção entre 2024 e 2025 foi atribuída à alta dos gastos com energia elétrica e minério de cromo. Em 2025, o custo do minério de cromo foi impactado pelo ritmo de recuperação de suas reservas operacionais e pela indisponibilidade de equipamentos. O incremento nos custos de produção do ferrocromo baixo carbono (FeCrBC), ao longo do ano, decorreu dos maiores dispêndios com minério de cromo, energia elétrica e cal. Em relação à operação de calcinação, os ajustes sobre a nova planta foram concluídos ao final de 2025. Já o acréscimo no custo de produção do ferrossilício (FeSi) se deve à escalada dos gastos com energia elétrica e aos efeitos do menor patamar de produção.

Ao observar a relação entre CPV e receita líquida das ferroligas, é possível perceber o aumento de 6,9 p.p. entre 2024 e 2025, provocados tanto pela majoração dos custos de produção quanto pela queda nos preços de comercialização desses produtos.

A linha “Energia Eólica”, apresentada na tabela abaixo, é relativa ao CPV do complexo eólico BW Guirapá e abrange os principais componentes de custo associados à operação dos aerogeradores, a exemplo da manutenção dos equipamentos, transmissão de energia e depreciação.

CPV (R\$ milhões)	4T25	%RL(*)	3T25	%RL(*)	4T24	%RL(*)	2025	%RL(*)	2024	%RL(*)
Ferroligas	478,1	85,0%	420,6	85,4%	440,8	77,6%	1.842,6	85,0%	1.628,5	78,1%
Energia eólica	23,5	93,3%	24,1	70,1%	24,1	100,4%	95,8	87,1%	97,3	103,4%
Demais produtos (**)	11,0	73,3%	12,1	77,6%	10,1	66,9%	43,9	76,1%	40,3	69,8%
Subtotal produtos	512,6		456,8		475,0		1.982,3		1.766,1	
Exaustão do valor justo do ativo biológico	15,9		35,7		10,4		51,6		36,1	
Capacidade ociosa	8,0		2,6		12,8		22,6		21,5	
Outros	4,0		4,2		28,4		10,2		16,4	
Subtotal outros	27,9		42,5		51,6		84,4		74,0	
Total geral	540,5		499,3		526,6		2.066,7		1.840,1	
%Receita líquida	89,7%		92,0%		86,7%		88,5%		82,3%	

(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto.

(**) Incluem custos para os produtos: areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

9. DESPESAS

9.1 Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 26,8 milhões em 2025, um acréscimo de 24,7% em relação aos R\$ 21,5 milhões registrados em 2024. Este incremento deriva do aumento no volume total transacionado e da elevação dos

custos portuários, a exemplo dos serviços de armador e agentes. Quanto à receita líquida, os percentuais das despesas com vendas corresponderam a 1,1% em 2025 e 1,0% em 2024.

9.2 Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas consolidadas incluem parcelas referentes aos salários, benefícios, honorários da administração, encargos sociais, serviços de consultorias e à provisão das participações nos lucros.

Tais despesas somaram R\$ 219,1 milhões (R\$ 10,3 milhões referentes à BWG), permanecendo estáveis (+ 0,4%) diante dos R\$ 218,2 milhões do ano anterior (sendo R\$ 9,2 milhões referentes à BWG). Vale destacar que as participações nos resultados foram reduzidas em cerca de R\$ 12,7 milhões na comparação com 2024 em razão da diminuição do lucro no período. Por outro lado, reajustes nas remunerações, no plano de assistência médica dos colaboradores e demais gastos com pessoal promoveram acréscimos de R\$ 7,4 milhões, além dos aumentos nos serviços de TI, consultorias e assessorias.

9.3 Outras Despesas / Receitas Operacionais

O total das outras despesas operacionais líquidas somou R\$ 118,2 milhões, contra os R\$ 59,5 milhões registrados em 2024. Essa variação refletiu a intensificação no ritmo das pesquisas geológicas e a manutenção das consultorias voltadas à eficiência operacional e redução de custos, cujos gastos totalizaram R\$ 43,4 milhões em 2025 e R\$ 36,0 milhões em 2024.

Vale lembrar que em 2024 houve impactos positivos referentes a: (i) recuperação de créditos tributários de R\$ 20,5 milhões, enquanto em 2025 esse montante foi de R\$ 3,2 milhões; e (ii) cessão de energia, que gerou receita de R\$ 9,0 milhões diante do prejuízo de R\$ 1,9 milhão realizado em 2025.

10. EBITDA AJUSTADO

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, representando o lucro do período apurado antes dos Juros, Imposto de Renda, Contribuição Social, Depreciação, Amortização e Exaustão. A FERBASA divulga o seu EBITDA ajustado de acordo com a Resolução CVM 156/22, ou seja, com o expurgo do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos, da provisão para contingências e dos demais efeitos não recorrentes. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 183,8 milhões, com margem EBITDA de 7,9% - uma diminuição de 47,8% em relação a 2024, basicamente em decorrência da queda nos preços em dólar das ferroligas e dos incrementos nos custos com energia elétrica e minério de cromo.

EBITDA - Consolidado (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro Líquido	99,8	46,0	117,0%	126,3	-21,0%	188,7	327,8	-42,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(39,3)	(23,8)	65,1%	(73,5)	-46,5%	(125,7)	(147,9)	-15,0%
(+/-) IRPJ/CSLL	(56,1)	13,4	-	(28,2)	98,9%	(15,9)	(7,9)	101,3%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia ¹	54,9	58,4	-6,0%	57,7	-4,9%	230,7	228,8	0,8%
EBITDA	59,3	94,0	-36,9%	82,3	-27,9%	277,8	400,8	-30,7%
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos	(50,1)	(41,7)	20,1%	(29,4)	70,4%	(91,8)	(38,5)	138,4%
(+/-) Recuperação de crédito tributário ²	(1,7)	-	-	(4,4)	-61,4%	(3,2)	(17,2)	-81,4%
(+/-) Demais efeitos ³	(3,2)	(1,5)	113,3%	(1,5)	113,3%	1,0	6,9	-85,5%
EBITDA Ajustado	4,3	50,8	-91,5%	47,0	-90,9%	183,8	352,0	-47,8%
Margem EBITDA	0,7%	9,4%		7,7%		7,9%	15,7%	

1) A mais-valia refere-se ao efeito da realização dos ativos avaliados ao seu valor justo, reflexo da aquisição da BWG.

2) Constituição de créditos fiscais de tributos federais (não contempla a atualização monetária).

3) Inclui o passivo atuarial consolidado e demais efeitos não recorrentes.

11. ESTRUTURA FINANCEIRA

11.1 Caixa Líquido e Consumo de Caixa

Em 2025, conforme a Demonstração de Fluxo de Caixa - “DFC” (CPC 03-R2), que considera apenas a variação das contas de caixa e equivalentes de caixa, o montante consumido pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos foi de (-) R\$ 91,4 milhões, que provém principalmente de:

(+) R\$ 403,1 milhões de resultado operacional, incluídas as variações de capital de giro, pagamento de juros e impostos.

(-) R\$ 271,0 milhões das atividades de investimento, influenciadas por:

(i) transferência das aplicações financeiras para o Caixa e Equivalente de Caixa de (+) R\$ 44,1 milhões;

(ii) aquisições para o ativo imobilizado e ativo biológico que, juntos, totalizaram (-) R\$ 300,1 milhões;

(iii) participações societárias em Empresas de aquisições de terras para plantio de eucalipto, no montante de (-) R\$ 16,3 milhões; e

(iv) outros, no total de (+) R\$ 1,3 milhão.

(-) R\$ 223,5 milhões das atividades de financiamento, cujos impactos foram:

(i) amortização dos empréstimos e financiamentos consolidados de (-) R\$ 237,0 milhões (sendo R\$ 26,8 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES);

(ii) empréstimos e financiamento (Brasil Soberano) de (+) R\$ 200,0 milhões;

(iii) programa de recompra de ações no valor de (-) R\$ 10,2 milhões;

(iv) pagamento de arrendamentos/aluguéis que totalizaram (-) R\$ 67,7 milhões; e

(v) pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos no montante de (-) R\$ 108,6 milhões.

Ao considerar Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras, houve consumo de caixa de R\$ 48,3 milhões em 2025, totalizando, em 31 de dezembro, uma reserva financeira consolidada de R\$ 1,085 bilhão. No ano, a dívida foi consolidada em R\$ 366,9 milhões (sendo R\$ 163,9 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES). No 4T25, o evento mais relevante refere-se à captação de recursos financeiros junto ao Programa Brasil Soberano do Governo Federal, comunicado ao mercado em 22/12/25, com o objetivo de otimizar a estrutura de capital da Companhia. Assim, a FERBASA encerrou 2025 com uma posição consolidada de caixa líquido de R\$ 718,4 milhões.

Caixa Líquido - Consolidado (R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Caixa e equivalentes de caixa	372,7	464,1	(91,4)
Aplicações financeiras	712,6	669,5	43,1
Total da Reserva Financeira	1.085,3	1.133,6	(48,3)
Empréstimos e financiamentos*	(366,9)	(423,7)	56,8
Caixa (Dívida) Líquido (a)	718,4	709,9	8,5

(*) valor do IOF sobre a captação é de R\$ 2,7 milhões e R\$ 3,1 milhões para 31/12/25 e 31/12/24, respectivamente.

11.2 Resultado Financeiro Líquido

A Companhia gerou R\$ 39,3 milhões em resultado financeiro no 4T25 (mais 65,1% vs. 3T25). Esse desempenho foi impulsionado pelo aumento de 29,7% na receita financeira – reflexo da adição de R\$ 11,8 milhões em atualização monetária de créditos tributários recuperados – e pela redução de 43,1% nas despesas financeiras, após a liquidação das operações de ACC no 3T25.

A análise de 2025 aponta retração de 15,0% no resultado financeiro frente a 2024, refletindo a diminuição da receita financeira. Vale destacar que, em 2024, a receita financeira foi favorecida pela atualização monetária de créditos tributários recuperados de R\$ 63,7 milhões, enquanto em 2025 este montante foi de R\$ 12,7 milhões.

Resultado financeiro (R\$ milhões)	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Desempenho financeiro								
Receita financeira	48,0	37,0	29,7%	102,9	-53,4%	164,1	207,1	-20,8%
Despesa financeira	(11,5)	(20,2)	-43,1%	(17,0)	-32,4%	(64,6)	(54,2)	19,2%
Variação cambial líquida	2,8	7,0	-60,0%	(12,4)	-	26,2	(5,0)	-
Total	39,3	23,8	65,1%	73,5	-47,1%	125,7	147,9	-15,0%

12. CAPEX

12.1 Operacional

Em 2025, o CAPEX totalizou R\$ 300,1 milhões, valor 3,9% superior ao realizado em 2024. A tabela abaixo apresenta os valores segregados por unidade de negócio.

CAPEX (R\$ milhões)	Metalurgia	Mineração	Florestal	Energia eólica	2025	2024
Máquinas e equipamentos	50,7	81,1	4,5	9,9	146,2	146,2
Ativo biológico	-	-	68,3	-	68,3	72,7
Edificações	19,0	7,9	19,5	-	46,4	37,9
Minas	-	25,4	-	-	25,4	21,4
Terras	-	-	3,1	-	3,1	-
Veículos e tratores	0,5	2,0	0,1	-	2,6	1,7
Móveis e utensílios	0,3	0,7	-	-	1,0	1,6
Outros (i)	2,8	1,1	3,2	-	7,2	7,2
Total	73,3	118,2	98,7	9,9	300,1	288,7

(i) Incluem: adiantamentos, informática, intangível e outros.

Os investimentos mais significativos de 2025 destinaram-se à aquisição de máquinas e equipamentos (48,7%), em sua maior parte para as unidades da metalurgia e da mineração, bem como à manutenção do ativo biológico (22,8%) para a área de recursos florestais, e edificações (15,5%), nas três unidades citadas. Tais dispêndios representaram, juntos, 86,9% do total do CAPEX realizado no período.

12.2 Participações Societárias

Em fevereiro de 2025, a Companhia efetivou um aporte de capital de R\$ 16,3 milhões na empresa Bahia Minas Bioenergia (coligada), sociedade firmada em parceria com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A., visando aquisição de imóveis rurais a serem utilizados na exploração de eucalipto e outras espécies florestais.

13. LUCRO LÍQUIDO

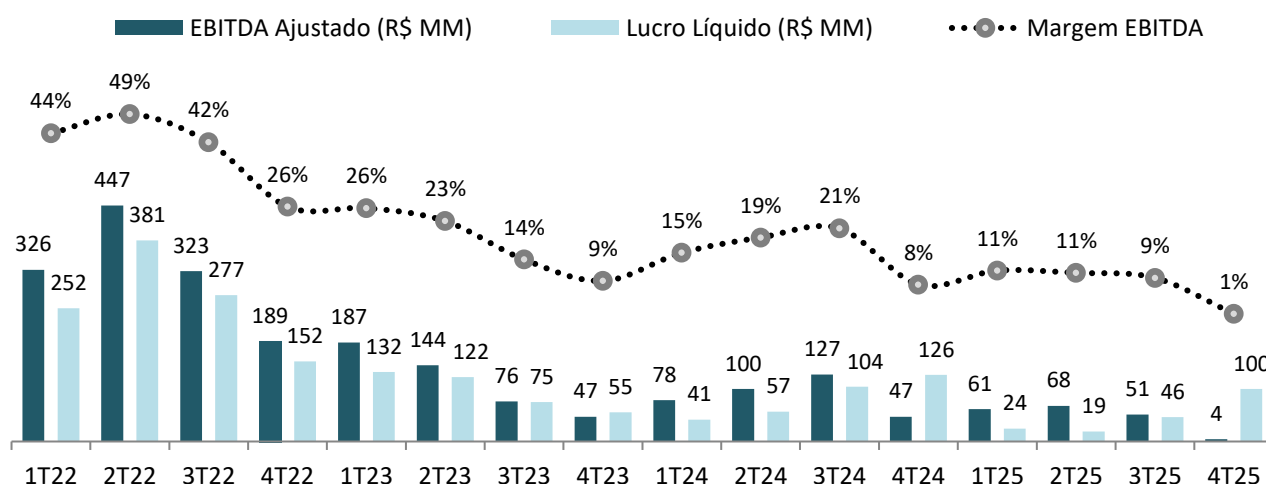
O lucro líquido consolidado de 2025 totalizou R\$ 188,7 milhões com margem líquida de 8,1%. O resultado representa um recuo de 42,4% em comparação com os R\$ 327,8 milhões (margem de 14,7%) registrados em 2024. A variação anual é explicada, primordialmente, pelos seguintes fatores:

- (i) valorização de 5,0% no dólar médio praticado;
- (ii) queda de 7,4% no preço médio das ferroligas em dólar;
- (iii) aumento de 6,8% no volume de vendas total de ferroligas;
- (iv) alta de 13,1% no custo dos produtos vendidos (CPV) das ferroligas;
- (v) redução de 15,0% no resultado financeiro.

Em 2025, também merecem destaque:

- (i) efeito positivo de R\$ 91,8 milhões decorrente da mensuração a valor justo do ativo biológico no período, dos quais (+) R\$ 143,4 milhões, que refletem o preço de mercado da madeira e o crescimento da floresta, e (-) R\$ 51,6 milhões referem-se ao consumo de madeira;
- (ii) prejuízo de R\$ 6,1 milhões da BW Guirapá;
- (iii) receita de R\$ 8,0 milhões oriunda da recuperação de créditos fiscais (R\$ 3,2 milhões em outras receitas operacionais e R\$ 4,8 milhões em receita financeira);
- (iv) receita de R\$ 32,0 milhões referente à compensação de IRPJ/CSLL decorrente do recálculo no diferimento de ICMS dos exercícios de 2020 a 2023 (R\$ 16,1 milhões em outras despesas do IRPJ/CSLL e R\$ 7,9 milhões em receita financeira).

O gráfico a seguir retrata as evoluções do EBITDA, da margem EBITDA e do lucro líquido desde o 1T22.



14. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O quadro abaixo demonstra a riqueza gerada pela Companhia e sua respectiva distribuição. Em 2025, a FERBASA gerou R\$ 880,4 milhões, montante 7,3% inferior ao de 2024:

DVA (R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Colaboradores	483,8	456,2	6,0%
Governo	126,8	119,5	6,1%
Outros (1)	81,1	46,2	75,5%
Lucro Líquido (2)	188,7	327,8	-42,4%
Total	880,4	949,7	-7,3%

(1) Referem-se a juros, aluguéis, arrendamentos, despesas financeiras, variação cambial passiva e outros.

(2) Acionistas e lucros retidos.

15. MERCADO DE CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A FERBASA segue as práticas de mercado para a divulgação de informações, mantendo um *website* institucional e os demais canais de comunicação direta com a Área de Relações com Investidores. Complementarmente, são promovidas conferências de divulgação dos resultados trimestrais e uma reunião pública anual. Segue abaixo um resumo das informações relevantes para investidores e mercado em geral.

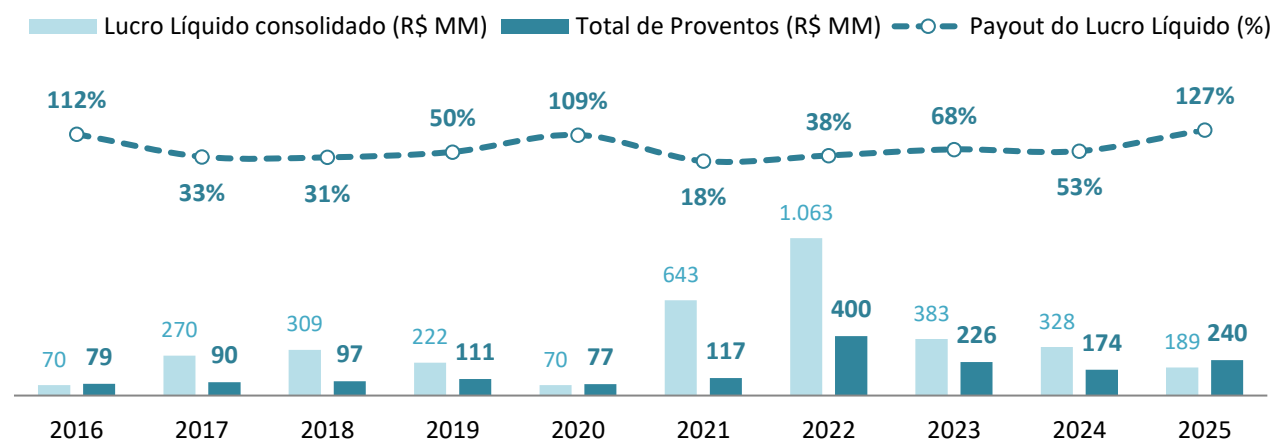
15.1 Programa de Recompra de Ações

A FERBASA divulgou Fato Relevante, em 29 de maio de 2025, informando a deliberação do Conselho de Administração sobre o “Programa de Recompra de Ações”, com prazo de vigência de 365 dias, contados a partir de 1º de junho de 2025. As operações de aquisição são realizadas no pregão da B3 com a intermediação das instituições financeiras ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A e BTG PACTUAL CTVM e devem se limitar à quantidade de 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) ações preferenciais – FESA4.

Em atendimento às premissas estabelecidas pelo Programa, a Companhia adquiriu, até o encerramento do ano, 1.519.200 (um milhão, quinhentas e dezenove mil e duzentas) ações preferenciais (FESA4).

15.2 Proventos

O gráfico abaixo mostra uma série histórica da distribuição de lucros que reforça a posição da FERBASA como pagadora regular de proventos. Em 2025, os proventos anunciados totalizaram R\$ 240 milhões sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, resultando em um *payout* de 127%.



15.3 Desempenho FESA4 na B3

O quadro a seguir apresenta alguns indicadores de comportamento das ações preferenciais da FERBASA no 4T25.

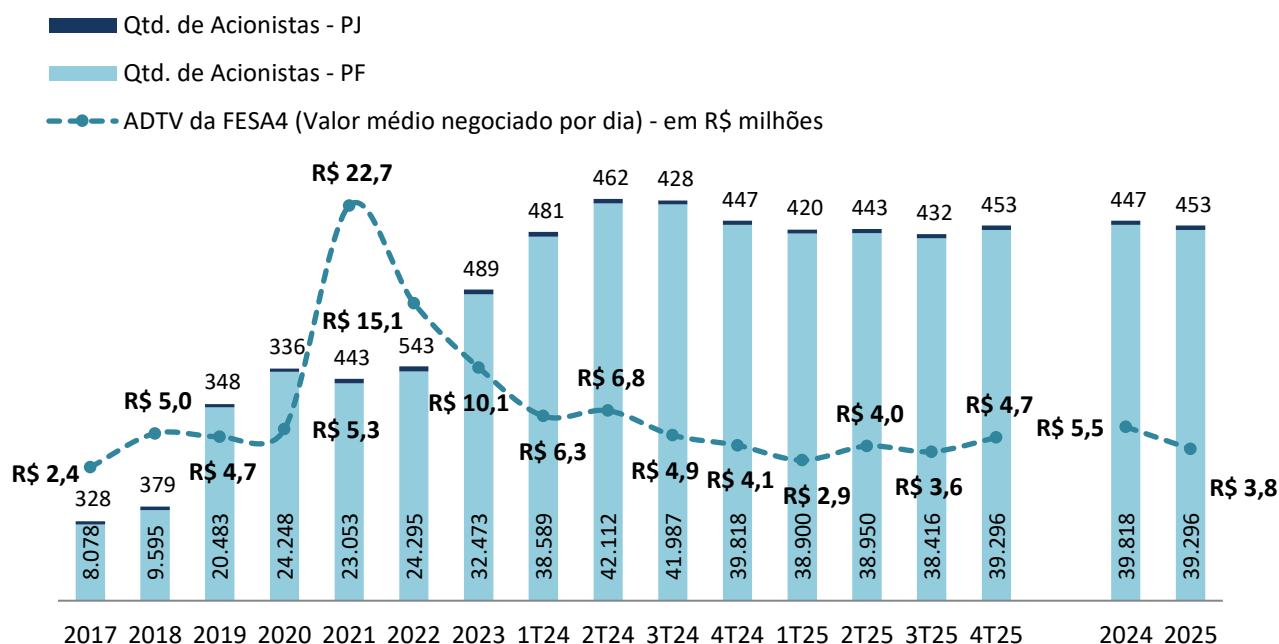
Indicadores do Mercado de Capitais	4T25	3T25	Δ%
Volume de ações negociadas (mil)	41.128	36.185	13,7%
Valor transacionado (R\$ mil)	290.695	236.071	23,1%
Valor de mercado (R\$ mil) (1)	2.947.834	2.861.895	3,0%
Ações em circulação – <i>Free Float</i> (mil) (2)	160.073	160.232	-0,1%
Média ponderada da cotação no período (R\$ PN)	7,07	6,52	8,3%
Última cotação do período (R\$ PN)	6,93	6,45	7,4%
Valor patrimonial por ação (R\$)	9,60	9,92	-3,3%

(1) Número total de ações (por classe ON e PN) multiplicadas pelas respectivas cotações nas datas de 31/12/2025 e 30/09/2025;

(2) Número total de ações, excluindo aquelas em posse da **Tesouraria** (4T25 & 3T25 – ON: 125 mil; PN: 14.182 mil), do **Controlador** (4T25 – ON: 116.348 mil; PN: 62.299 mil. 3T25 – ON: 116.348 mil; PN: 62.140 mil) e dos **Administradores** (4T25 & 3T25 – ON: 312; PN: 148 mil).

O mercado de capitais brasileiro, ao longo de 2025, manteve-se sob forte influência da conjuntura internacional. De um lado, barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos e União Europeia elevaram as incertezas para diversas indústrias nacionais, em especial para a cadeia siderúrgica. No caso da FERBASA, as sobretarifas afetaram todo seu portfólio de ferroligas exportadas para os dois mercados, o que influenciou a percepção de valor e a atratividade do ativo perante investidores. Em contrapartida, a bolsa de valores brasileira obteve uma injeção expressiva de capital estrangeiro durante a maior parte do ano, estimulada pelo diferencial de juros e pela conjuntura geopolítica global.

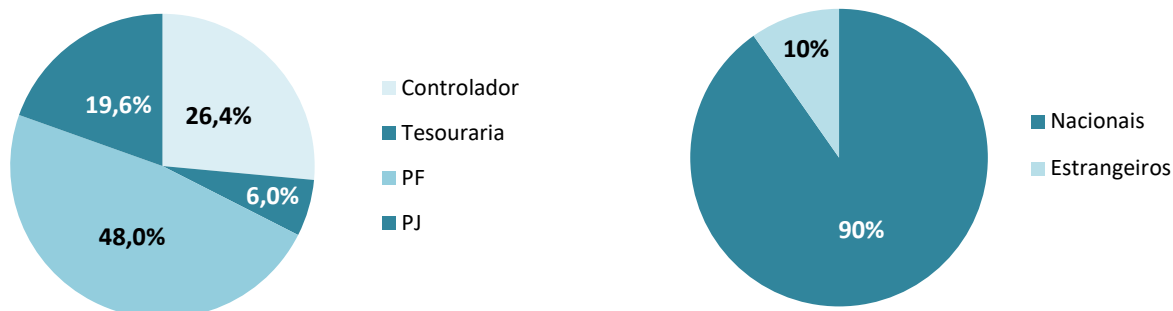
A seguir, o gráfico apresenta evolução da base acionária, por tipo de acionista, e da liquidez medida pelo ADTV.



O volume médio diário de negociação da Companhia (ADTV - *Average Daily Trading Volume*) atingiu R\$ 4,7 milhões no 4T25, um avanço de 31,1% em relação ao 3T25 – melhor patamar trimestral desde o 3T24. Esse desempenho foi impulsionado pela alta de 21% no volume médio de PNs negociadas e pela valorização de 8,3% no preço médio da ação. No acumulado do ano, contudo, o ADTV de R\$ 3,8 milhões representou uma queda de 31% frente a 2024, refletindo a redução de 12,5% na quantidade de PNs negociadas e a retração de 21,1% em seu preço médio.

15.4 Perfil do Investidor

O perfil acionário das ações preferenciais da FERBASA (FESA4), tomando-se como referência a base acionária do dia 31/12/2025, configura-se da seguinte forma:



16. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

16.1 COMPROMISSOS ESG

No pilar **social**, a FERBASA preserva o compromisso de manter um ambiente de trabalho seguro, digno e com oportunidades equânimes, adotando uma postura de tolerância zero contra qualquer tipo de assédio, discriminação, trabalho infantil ou análogo ao escravo. Além disso, busca impulsionar o desenvolvimento dos territórios onde atua, incentivando as vocações regionais, ampliando o acesso à educação de qualidade, às práticas esportivas e à cultura. Na vertente **ambiental**, as atividades priorizam a ecoeficiência e a mitigação de riscos climáticos por meio da definição de metas objetivas de preservação, como o índice zero de perdas líquidas mediante o reúso, e a implementação de processos de economia circular para otimização de recursos. Tais iniciativas visam à resiliência do negócio face aos desafios globais. Sob a ótica da **governança corporativa**, são adotados elevados padrões éticos, fundamentados na transparência, equidade e rigoroso *compliance*. O modelo de gestão garante a integridade das operações e o direcionamento necessário para a geração de valor perene aos acionistas no longo prazo.

Destaques de 2025	ODS RELACIONADO*
Reconhecimento em Diversidade (Idiversa B3): a Ferbasa destacou-se no índice Idiversa da B3 como a única empresa participante cuja Diretoria Executiva não é formada, em sua maioria, por pessoas brancas. Além disso, a Companhia manteve 25% de mulheres no Conselho de Administração e 10% na Diretoria.	 
"Aqui Tem Ferbasa": o programa de responsabilidade social realizou investimentos de R\$ 19,8 milhões em ações direcionadas à Educação, Desenvolvimento Rural e Comunitário, Meio Ambiente, Arte e Cultura, Esporte e Saúde, beneficiando mais de 70 mil pessoas.	 
"Empresa Comprometida com a Sustentabilidade": avaliação realizada na plataforma EcoVadis, que determina o nível de maturidade nos temas ESG. A Companhia manteve a pontuação de 52% no 2º ciclo de avaliação, com certificação válida até janeiro de 2027.	 
Queimador de Gases – UPB Araticum: O projeto ambiental foi vencedor no 15º Prêmio FIEB Indústria Baiana Sustentável, na categoria Tecnologias Sustentáveis nas Médias e Grandes Empresas. A iniciativa evitou, nos seus primeiros 8 meses de operação, emissões de aproximadamente 1.105 toneladas de CO ₂ .	

(*) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

17. EXPECTATIVAS PARA 2026

O exercício de 2026 inicia-se sob perspectivas de alguma recuperação da atividade econômica global. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB mundial deve apresentar um crescimento na ordem de 3,3%, não obstante a manutenção de incertezas significativas no cenário geopolítico.

No Brasil, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central, o mercado projeta uma elevação do PIB de 1,8%. A inflação oficial, medida pelo IPCA, deve encerrar o período em torno de 4,0% a.a., o que indica uma desaceleração em comparação a 2025. Em relação à Taxa Selic, as estimativas apontam para uma redução gradual até o patamar de 12,25% a.a., com a taxa cambial em torno de R\$ 5,50 ao final de 2026. O ano também será marcado pelo início da transição da Reforma Tributária, o que exigirá das empresas uma adaptação aos novos processos fiscais.

No segmento siderúrgico, a World Steel Association projeta retomada do consumo global, com expansão de 1,3% na demanda por aço em 2026, totalizando cerca de 1,77 bilhão de toneladas. Essa recuperação tende a ser liderada por mercados como Índia e Turquia, além de refletir o aquecimento da demanda nas economias europeia e norte-americana. Em sentido oposto, a China deve ratificar a tendência de arrefecimento em seu consumo interno. Quanto ao contexto doméstico, o Instituto Aço Brasil (IABr) estima uma retração de 2,2% na produção de aço bruto, como reflexo dos elevados volumes de importação, majoritariamente provenientes do mercado chinês.

A dinâmica do mercado de ferroligas para 2026, segundo relatórios de mercado, deve ser influenciada pelos níveis dos estoques mundiais e pela variação nas curvas de custo de produção. Para o ferrocromo, a queda da produção verificada na África do Sul sinaliza uma sustentação de preços. Quanto ao ferrossilício, a tendência é de que o desafio seja o reequilíbrio do mercado perante o rearranjo na alocação dos volumes globais, face à continuidade das ações protecionistas.

A FERBASA continuará a sua gestão firme em termos competitivos, ao converter as restrições nos eixos americano e europeu em um catalisador para a arbitragem geográfica, priorizando novas oportunidades de negócios que ampliem sua capilaridade global e neutralizem riscos geopolíticos por meio da diversificação estratégica de mercados. Nas minerações, os investimentos serão direcionados ao incremento de reservas operacionais, mediante pesquisas geológicas que possibilitem maior detalhamento técnico e elevação da produção. No que tange à geração de energia eólica, persiste um elevado grau de incertezas relacionadas às restrições impostas pelo ONS e ao consequente impacto financeiro para as empresas geradoras. Com previsão de início de operação para o final de 2026, a nova UPB de Maracás representa um avanço na produção de biorredutor. Paralelamente, no âmbito da metalurgia, o plano de construção da nova fábrica de FeCrAC, que entrará na fase de seleção técnica-comercial de fornecedores, evolui em conformidade com objetivos estratégicos definidos.

A diretriz para o período contempla a convergência entre segurança e desempenho. A gestão proativa dos custos e a austeridade financeira serão mantidas como alavancas essenciais para garantir a competitividade de mercado e o compromisso com a geração de valor aos acionistas, colaboradores e comunidades circunvizinhas.

As declarações e perspectivas de mercado contidas neste Relatório foram consideradas no momento de sua construção e, portanto, estão sujeitas a mudanças decorrentes das variações nos cenários aqui apresentados.

A ADMINISTRAÇÃO

18. GLOSSÁRIO

Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) - Liga de ferro e cromo que apresenta teor de carbono, também conhecido como "*Charge Chrome*", é usado na fabricação de aços inoxidáveis e ligas especiais. Os aços inoxidáveis são utilizados na indústria de alimentos, produtos químicos, celulose, petróleo, além dos produtos da chamada "linha branca", utensílios domésticos, construção civil e outros.

Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC) - Liga de ferro e cromo que apresenta carbono com teor máximo de 0,15%, utilizado durante a produção de aços para corrigir os teores de cromo sem provocar variações indesejáveis no teor de carbono. Industrialmente, tem a mesma finalidade do ferrocromo alto carbono, sendo empregado na produção de aços inoxidáveis com larga aplicação nas indústrias de bens de consumo.

Ferrossilício Cromo (FeSiCr) - Elemento redutor na fabricação de Ferrocromo Baixo Carbono e em aços, para adição de cromo e silício.

Ferrossilício 75 (FeSi75) - Na produção de aço, o Ferrossilício 75 Standard é usado como desoxidante e elemento de liga; na indústria de fundição serve como agente grafitizante. O Ferrossilício Alta Pureza (HP) compõe a fabricação de aços destinados à manufatura de transformadores, usinas hidrelétricas, freezer, compressores herméticos para geladeiras e outros.

Milhões de toneladas (Mt) - De acordo com o Sistema Internacional de Unidades (S.I.), o prefixo que designa o milhão (mega) pode ser representado pela letra maiúscula M. No caso da tonelada, sua representação no S.I. é a letra minúscula t. Portanto, para milhões de toneladas pode-se adotar a abreviatura Mt. (conversão: 1 Mt = 1.000.000 t).

19. PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (em R\$ mil)

19.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	2025	2024
<i>Circulante</i>	1.785.074	1.745.724
Caixa e equivalentes de caixa	372.724	464.086
Aplicações financeiras	616.873	382.660
Contas a receber de clientes	198.179	200.707
Estoques	486.996	556.125
Tributos a recuperar/restituir	83.050	120.949
Despesas antecipadas	4.001	2.901
Outros ativos	23.251	18.296
<i>Não Circulante</i>	2.674.406	2.642.156
Aplicações financeiras	95.753	286.910
Estoques	8.987	3.396
Tributos a recuperar	10.104	7.209
Depósitos judiciais	10.013	9.673
Outros créditos	1.000	724
Investimentos	82.011	66.886
Imobilizado e intangível	1.834.599	1.751.792
Direito de uso em arrendamento	73.153	89.973
Ativo biológico	558.786	425.593
<i>Total do Ativo</i>	4.459.480	4.387.880

Os demonstrativos financeiros, controladora e consolidado, incluindo notas explicativas e parecer de auditoria da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.b3.com.br e www.ferbasa.com.br.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
Circulante	582.545	652.462
Fornecedores	175.163	127.104
Adiantamento de clientes	9.923	10.462
Empréstimos e financiamentos	32.087	261.243
Custo de captação de financiamentos	(455)	(455)
Obrigações trabalhistas e atuariais	93.063	101.476
Impostos e contribuições sociais	31.000	39.021
Conta ressarcimento CCEE	73.392	54.852
Dividendos e JCP propostos	131.060	62
Arrendamentos a pagar	29.186	43.401
Outros passivos	8.126	15.296
Não Circulante	590.895	394.645
Empréstimos e financiamentos	334.842	162.444
Custo de captação de financiamentos	(2.221)	(2.676)
Obrigações com aquisição de controlada	4.978	4.978
Obrigações trabalhistas e atuariais	72.409	70.884
Impostos e contribuições sociais	21.828	3.587
Impostos e contribuições sociais diferidos	7.782	8.498
Conta ressarcimento CCEE	26.745	23.983
Provisão para contingências	61.263	62.595
Provisão para passivo ambiental	45.034	40.809
Arrendamentos a pagar	18.235	19.543
Patrimônio Líquido Total	3.286.040	3.340.773
Patrimônio Líquido Controladores	3.284.363	3.339.257
Capital social	1.470.396	1.470.396
Reserva de lucros	1.814.211	1.859.894
Ajustes de avaliação patrimonial	35.555	34.573
Ações em tesouraria	(35.799)	(25.606)
Participação dos não controladores	1.677	1.516
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.459.480	4.387.880

19.2 Demonstração de Resultados

	4T25		4T24		2025		2024	
	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL
RECEITA BRUTA	680.933	100,0	678.605	100,0	2.644.912	100,0	2.516.724	100,0
Mercado interno	403.035	59,2	374.195	55,1	1.619.368	61,2	1.413.653	56,2
Mercado externo	277.898	40,8	304.410	44,9	1.025.544	38,8	1.103.071	43,8
Impostos sobre vendas	(78.337)	(11,5)	(71.140)	(10,5)	(310.458)	(11,7)	(280.020)	(11,1)
RECEITA LÍQUIDA	602.596	100,0	607.465	100,0	2.334.454	100,0	2.236.704	100,0
Custo dos produtos vendidos	(540.458)	(89,7)	(526.580)	(86,7)	(2.066.709)	(88,5)	(1.840.126)	(82,3)
Variação do FV do ativo biológico	65.969	10,9	39.768	1,8	143.401	6,1	74.626	3,3
LUCRO BRUTO	128.107	21,3	120.653	19,9	411.146	17,6	471.204	21,1
Despesas operacionais								
Com vendas	(5.800)	(1,0)	(5.817)	(1,0)	(26.796)	(1,1)	(21.547)	(1,0)
Administrativas	(36.628)	(6,1)	(30.786)	(5,1)	(138.482)	(5,9)	(127.830)	(5,7)
Remuneração da Adm e PLR	(33.621)	(5,6)	(28.760)	(4,7)	(80.624)	(3,5)	(90.393)	(4,0)
Outras (despesas) receitas operacionais	(47.673)	(7,9)	(30.670)	(5,0)	(118.155)	(5,1)	(59.505)	(2,7)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.385	0,7	24.620	4,1	47.089	2,0	171.929	7,7
Receita financeira	47.837	7,9	102.886	16,9	163.936	7,0	207.090	(9,3)
Despesa financeira	(11.421)	(1,9)	(16.983)	(2,8)	(64.595)	(2,8)	(54.210)	(2,4)
Variação cambial líquida	2.836	0,5	(12.429)	(2,0)	26.330	1,1	(4.974)	(0,2)
Resultado Financeiro	39.252	6,5	73.474	12,1	125.671	5,4	147.906	6,6
Lucro antes IRPJ/CSLL	43.637	7,2	98.094	16,1	172.760	7,4	319.835	14,3
IRPJ/CSLL	56.143	9,3	28.173	4,6	15.916	0,7	7.919	0,4
Lucro líquido do exercício	99.780	16,6	126.267	20,8	188.676	8,1	327.754	14,7

19.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (Indireto)

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2025	2024
Lucro do exercício	188.676	327.754
Ajustes do lucro líquido		
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	(83.135)	(96.723)
Depreciações, amortizações e exaustões	202.201	194.899
Exaustão de ativo biológico	75.699	65.637
Variação valor justo dos ativos biológicos	(143.401)	(74.626)
Valor residual de ativo permanente baixado	792	1.603
Impostos diferidos	(1.221)	7.183
Provisão (Reversão) de desmobilização	2.039	(5.241)
Atualização arrendamento a pagar	11.720	(3.936)
Atualização do benefício pós-emprego	3.012	3.490
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(3.685)	(12.987)
Provisão de contas de ressarcimento CCEE	24.865	33.025
Outros	5.847	10.038
	283.409	450.120
Redução (aumento) nas contas do ativo:		
Contas a receber de clientes	(1.288)	11.939
Estoques	66.551	(23.114)
Tributos a recuperar	65.809	25.174
Adiantamento a fornecedores	-	167
Outros ativos	(6.270)	(4.219)
Aumento (redução) nas contas do passivo:		
Fornecedores	49.026	(16.982)
Impostos e contribuições sociais	10.200	14.997
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.456	15.066
Obrigações trabalhistas e atuariais	(8.413)	(2.587)
Contas de ressarcimento CCEE	(10.431)	(24.495)
Outros passivos	(3.814)	(17.892)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.750)	(44.602)
Juros pagos no exercício	(26.299)	(26.452)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	403.186	357.120
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Capex	(300.116)	(288.672)
Venda de imobilizado	1.285	1.791
Movimentação em aplicações financeiras	44.155	238.507
Investimento em participações	(16.325)	(48.799)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	46
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(271.001)	(97.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(236.983)	(70.512)
Empréstimos e financiamentos (ACC)	200.000	196.099
Amortização de arrendamentos	(67.732)	(89.663)
Recompra de ações em tesouraria	(10.193)	-
Dividendos e JCP pagos	(108.639)	(173.618)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(223.547)	(137.694)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(91.362)	122.299
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	464.086	341.787
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	372.724	464.086
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	(91.362)	122.299
Aumento (redução) líquido do saldo de aplicações financeiras	43.056	(161.270)
Aumento (redução) líquido da reserva financeira	(48.306)	(38.971)

Os demonstrativos financeiros, controladora e consolidado, incluindo notas explicativas e parecer de auditoria da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.b3.com.br e www.ferbasa.com.br.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

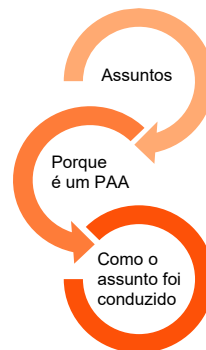
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mesuração ao valor justo dos ativos biológicos (Nota 18 às demonstrações financeiras) A Companhia mensura o valor justo das suas florestas de eucalipto através de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da administração, tais como preço estimado de venda, área de plantio, incremento médio anual e taxa de desconto. Além disso, parte das premissas considera dados não observáveis de mercado. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício. Este é um assunto de atenção da nossa auditoria considerando especialmente os riscos inerentes a subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo, e por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Além disso, houve envolvimento dos nossos especialistas em valorização de ativos biológicos na avaliação da metodologia de cálculo e coerência geral lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado. Com o apoio de nossos especialistas, foi avaliado a razoabilidade do modelo, comparando as principais premissas com benchmarks comumente utilizados, projeções e indicativos, assim como foi levado em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram o modelo utilizado. Adicionalmente, realizamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários de preços de madeira, taxas de desconto e custos projetados pela Companhia. Também avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as informações divulgadas em notas explicativas.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 6 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Balanço Patrimonial
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	9	232.565	344.269	372.724	464.086	Fornecedores	19	172.857	123.992	175.163	127.104
Aplicações financeiras	10	616.873	382.660	616.873	382.660	Adiantamento de clientes	20	9.923	10.462	9.923	10.462
Contas a receber de clientes	11	186.614	190.030	198.179	200.707	Empréstimos e financiamentos	21	1.359	234.646	31.632	260.788
Estoques	12	486.996	556.125	486.996	556.125	Obrigações trabalhistas e atuariais	23	92.503	100.921	93.063	101.476
Tributos a recuperar e restituir	13	67.647	109.150	83.050	120.949	Impostos e contribuições sociais	24	30.301	38.090	31.000	39.021
Despesas antecipadas		4.001	2.901	4.001	2.901	Conta ressarcimento CCEE	27	-	-	73.392	54.852
Outros ativos		17.596	13.507	23.251	18.296	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	29	130.985	-	131.060	62
Total do ativo circulante		1.612.292	1.598.642	1.785.074	1.745.724	Arrendamentos a pagar	22	28.696	42.787	29.186	43.401
						Outros passivos		7.308	13.300	8.126	15.296
						Total do passivo circulante		473.932	564.198	582.545	652.462
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	10	29.098	232.326	95.753	286.910	Empréstimos e financiamentos	21	198.958	-	332.621	159.768
Estoques	12	8.987	3.396	8.987	3.396	Obrigações com aquisição de controlada		4.978	4.978	4.978	4.978
Tributos a recuperar	13	10.104	7.209	10.104	7.209	Obrigações trabalhistas e atuariais	23	72.409	70.884	72.409	70.884
Depósitos judiciais	15	9.463	9.123	10.013	9.673	Impostos e contribuições sociais	24	21.741	3.500	21.828	3.587
Outros créditos		993	717	1.000	724	Impostos e contribuições sociais - diferidos	14	6.300	7.157	7.782	8.498
		58.645	252.771	125.857	307.912	Conta ressarcimento CCEE	27	-	-	26.745	23.983
						Provisões para contingências	26	61.263	62.595	61.263	62.595
						Provisão para passivo ambiental	25	19.604	17.428	45.034	40.809
						Arrendamentos a pagar	22	14.055	12.956	18.235	19.543
						Total do passivo não circulante		399.308	179.498	590.895	394.645
Investimentos	16	637.678	623.327	82.011	66.886	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29				
Imobilizado	17	1.218.455	1.095.750	1.821.244	1.737.329	Capital social		1.470.396	1.470.396	1.470.396	1.470.396
Direito de uso em arrendamento	17	66.694	81.174	73.153	89.973	Reservas de lucros		1.814.211	1.859.894	1.814.211	1.859.894
Intangível	17	5.053	5.696	13.355	14.463	Ajustes de avaliação patrimonial		35.555	34.573	35.555	34.573
Ativo biológico	18	558.786	425.593	558.786	425.593	Ações em tesouraria		(35.799)	(25.606)	(35.799)	(25.606)
		2.486.666	2.231.540	2.548.549	2.334.244	Patrimônio líquido dos acionistas controladores		3.284.363	3.339.257	3.284.363	3.339.257
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.677	1.516
Total do ativo não circulante		2.545.311	2.484.311	2.674.406	2.642.156	Total do patrimônio líquido		3.284.363	3.339.257	3.286.040	3.340.773
TOTAL DO ATIVO		4.157.603	4.082.953	4.459.480	4.387.880	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.157.603	4.082.953	4.459.480	4.387.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Demonstrações do resultado

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	31	2.224.653	2.142.826	2.334.454	2.236.704
Custo dos produtos vendidos	32	(1.973.127)	(1.745.058)	(2.066.709)	(1.840.126)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	18	143.401	74.626	143.401	74.626
LUCRO BRUTO		<u>394.927</u>	<u>472.394</u>	<u>411.146</u>	<u>471.204</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	32				
Com vendas		(26.796)	(21.547)	(26.796)	(21.547)
Gerais e administrativas		(205.147)	(204.986)	(219.106)	(218.223)
Outras receita (despesas) operacionais		<u>(113.445)</u>	<u>(54.932)</u>	<u>(118.155)</u>	<u>(59.505)</u>
		(345.388)	(281.465)	(364.057)	(299.275)
Equivalência patrimonial	16	(9.250)	(20.088)	-	-
LUCRO OPERACIONAL		<u>40.289</u>	<u>170.841</u>	<u>47.089</u>	<u>171.929</u>
RESULTADO FINANCEIRO	33				
Receitas financeiras		197.009	219.927	222.186	243.326
Despesas financeiras		<u>(66.432)</u>	<u>(72.019)</u>	<u>(96.515)</u>	<u>(95.420)</u>
		130.577	147.908	125.671	147.906
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>170.866</u>	<u>318.749</u>	<u>172.760</u>	<u>319.835</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14				
Correntes		16.150	15.828	14.695	15.102
Diferidos		<u>1.362</u>	<u>(7.072)</u>	<u>1.221</u>	<u>(7.183)</u>
		17.512	8.756	15.916	7.919
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>188.378</u>	<u>327.505</u>	<u>188.676</u>	<u>327.754</u>
Lucro atribuído aos acionistas controladores		<u>188.378</u>	<u>327.505</u>	<u>188.378</u>	<u>327.505</u>
Lucro atribuído aos acionistas não controladores				<u>298</u>	<u>249</u>
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	30			0,52183	0,90305
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	30			0,57401	0,99335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>188.378</u>	<u>327.505</u>	<u>188.676</u>	<u>327.754</u>
Obrigações atuariais	23	1.487	(8.842)	1.487	(8.842)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre obrigações atuariais		(505)	3.007	(505)	3.007
Ajuste acumulado de conversão		-	46	-	46
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>982</u>	<u>(5.789)</u>	<u>982</u>	<u>(5.789)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u><u>189.360</u></u>	<u><u>321.716</u></u>	<u><u>189.658</u></u>	<u><u>321.965</u></u>
Lucro atribuído aos acionistas controladores				<u>189.360</u>	<u>321.716</u>
Lucro atribuído aos acionistas não controladores				<u>298</u>	<u>249</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Atribuível aos acionistas controladores							Total do patrimônio líquido	Atribuível aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
			Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados			
			Legal	Incentivo fiscal	Para investimentos	Lucros a realizar						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	29	1.470.396	224.315	575.686	855.499	49.595	40.362	(25.754)	-	3.190.099	1.388	3.191.487
Reclassificação incentivo fiscal		-	-	2.375	(2.375)	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de reservas		-	-	-	942	-	-	-	(942)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(5.835)	-	-	(5.835)	-	(5.835)
Aporte de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	46	-	-	46	-	46
Juros sobre capital próprio prescritos		-	-	-	-	-	-	-	942	942	-	942
Juros sobre capital próprio complementares		-	-	-	(10.280)	-	-	-	-	(10.280)	(59)	(10.339)
Cancelamento ações em tesouraria		-	-	-	(148)	-	-	148	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	327.505	327.505	249	327.754
Destinação do lucro:												-
Formação de reservas		-	16.375	26.093	121.817	-	-	-	(164.285)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(163.220)	(163.220)	-	(163.220)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	29	1.470.396	240.690	604.154	965.455	49.595	34.573	(25.606)	-	3.339.257	1.516	3.340.773
Reclassificação incentivo fiscal		-	-	297.232	(297.232)	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de reservas		-	-	-	5.439	-	-	-	(5.439)	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	982	-	-	982	-	982
Dividendos / Juros sobre capital próprio prescritos		-	-	-	-	-	-	-	5.439	5.439	-	5.439
Juros sobre capital próprio complementares		-	-	-	(62.291)	-	-	-	-	(62.291)	(62)	(62.353)
Recompra de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	(10.193)	-	(10.193)	-	(10.193)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	188.378	188.378	298	188.676
Destinação do lucro:												-
Formação de reservas		-	9.419	1.750	-	-	-	-	(11.169)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)	(75)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(177.209)	(177.209)	-	(177.209)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	29	1.470.396	250.109	903.136	611.371	49.595	35.555	(35.799)	-	3.284.363	1.677	3.286.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		188.378	327.505	188.676	327.754
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas		(104.517)	(113.463)	(83.135)	(96.723)
Depreciações, amortizações e exaustões	17	157.192	150.023	202.201	194.899
Exaustão de ativos biológicos	18	75.699	65.637	75.699	65.637
Variação valor justo dos ativos biológicos	18	(143.401)	(74.626)	(143.401)	(74.626)
Equivalência patrimonial	16	9.250	20.088	-	-
Ganho/perda na baixa/alienação		650	746	792	1.607
Impostos diferidos	14	(1.362)	7.072	(1.221)	7.183
Provisão (reversão) de Desmobilização		(9)	-	2.039	(5.241)
Provisão (reversão) para perda em estoque	12	(3.166)	4.179	(3.166)	4.179
Atualização arrendamento a pagar	22	13.672	(4.267)	11.720	(3.936)
Atualização do benefício pós-emprego	23	3.012	3.490	3.012	3.490
Constituição (reversão) de provisão para contingências	26	(3.685)	(12.987)	(3.685)	(12.987)
Provisão de conta de ressarcimento CCEE		-	-	24.865	33.025
Outros		4.140	986	9.013	5.859
Redução (aumento) nas contas do ativo:					
Contas a receber de clientes		(400)	12.085	(1.288)	11.939
Estoques		66.551	(23.114)	66.551	(23.114)
Tributos a recuperar		68.284	29.798	65.809	25.174
Adiantamento a fornecedores		-	167	-	167
Outros ativos		(5.769)	(2.963)	(6.270)	(4.219)
Aumento (redução) nas contas do passivo:					
Fornecedores		49.888	(14.189)	49.026	(16.982)
Impostos e contribuições sociais		10.452	14.666	10.200	14.997
Imposto de renda e contribuição social		-	14.473	1.456	15.066
Obrigações trabalhistas e atuariais		(8.418)	(2.534)	(8.413)	(2.587)
Conta de ressarcimento CCEE		-	-	(10.431)	(24.495)
Adiantamento de clientes		(539)	(18.957)	(539)	(18.957)
Outros passivos		(1.639)	553	(3.275)	1.065
Imposto de renda e contribuição social pagos					
Juros pagos no exercício		(14.280)	(43.930)	(16.750)	(44.602)
		(11.448)	(9.356)	(26.299)	(26.452)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		348.535	331.082	403.186	357.120
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	17	(221.925)	(206.277)	(231.851)	(215.931)
Custo de plantios e manutenção de ativo biológico	18	(68.265)	(72.741)	(68.265)	(72.741)
Recebimento pela venda de imobilizado		1.285	1.791	1.285	1.791
Dividendos Recebidos		429	548	-	-
Aplicações financeiras e resgate		49.041	234.948	44.155	238.507
Aporte em controladas		(9.000)	(1.736)	-	-
Investimento em participações		(16.325)	(48.799)	(16.325)	(48.799)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(264.760)	(92.266)	(271.001)	(97.173)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos	21	200.000	196.099	200.000	196.099
Amortização de financiamentos	21	(210.178)	(44.148)	(236.983)	(70.512)
Amortização de arrendamentos	22	(66.593)	(88.627)	(67.732)	(89.663)
Recuperação de ações		(10.193)	-	(10.193)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(108.515)	(173.500)	(108.639)	(173.618)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(195.479)	(110.176)	(223.547)	(137.694)
VARIAÇÃO CAMBIAL S/ CAIXA E EQUIVALENTES					
		-	-	-	46
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(111.704)	128.640	(91.362)	122.299
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	344.269	215.629	464.086	341.787
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	232.565	344.269	372.724	464.086
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(111.704)	128.640	(91.362)	122.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA E CONTROLADAS

Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
RECEITA DE VENDAS		2.530.100	2.418.156	2.644.912	2.516.724
Variação do valor justo dos ativos biológicos		143.401	74.626	143.401	74.626
Receitas relativas a construção de ativos próprios		123.442	131.772	123.442	141.359
Outras receitas		75.105	76.236	77.200	79.713
		2.872.048	2.700.790	2.988.955	2.812.422
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos vendidos (inclui matérias-primas)		(1.117.212)	(977.806)	(1.122.024)	(980.529)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(877.393)	(804.398)	(926.410)	(867.758)
VALOR ADICIONADO BRUTO		877.443	918.586	940.521	964.135
Depreciações, amortizações e exaustões	17 e 18	(232.891)	(208.470)	(277.900)	(253.346)
Realização da mais-valia	16	-	-	(4.418)	(4.418)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		644.552	710.116	658.203	706.371
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	33	197.009	219.927	222.187	243.327
Equivalência patrimonial	16	(9.250)	(20.088)	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		832.311	909.955	880.390	949.698
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados:					
Remuneração direta		379.222	357.913	386.737	364.893
Benefícios		71.389	67.417	72.095	68.069
FGTS		24.760	23.013	24.936	23.251
		475.371	448.343	483.768	456.213
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		70.039	86.148	78.259	92.996
Estaduais		46.431	23.729	46.944	24.604
Municipais		1.425	1.710	1.638	1.900
		117.895	111.587	126.841	119.500
Remuneração de capital de terceiros		50.667	22.520	81.105	46.231
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio/Dividendos		177.209	163.220	177.284	163.282
Lucros retidos		11.169	164.285	11.094	164.223
Participação dos não controladores		-	-	298	249
Remuneração de capital próprio		188.378	327.505	188.676	327.754
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		832.311	909.955	880.390	949.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA, CONTROLADAS E COLIGADAS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão). A Ferbasa iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e atua de forma sustentável nas áreas de mineração de cromita, de metalurgia na produção de ferroligas, de recursos florestais renováveis e na geração de energia eólica, todas no Estado da Bahia. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivo primordial proporcionar educação de qualidade a crianças e jovens carentes.

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 02 de março de 2026.

1.1 Agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*) - meio ambiente, social e governança.

A FERBASA historicamente prioriza em sua agenda corporativa ações que contribuem para a evolução da pauta ESG. Fruto do primeiro diagnóstico voltado ao tema, foram traçados *roadmaps* que visam acelerar os avanços relacionados à sustentabilidade. Como um dos desdobramentos deste trabalho, incorporamos ao Relatório da Administração um tópico específico chamado "Agenda ESG", que objetiva informar e divulgar aos nossos *stakeholders* as principais atualizações relacionadas à matéria. Em 30 de setembro de 2025, foi divulgado ao mercado o Relatório de Sustentabilidade do ano calendário de 2024.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025: (i) empréstimos ou financiamentos atrelados às metas ou compromissos verdes; (ii) seguros relacionados a aspectos ESG; (iii) transações de crédito de carbono; (iv) risco em ESG atrelado aos estoques ou impacto na vida útil ou residual de seus ativos; (v) provisões ou passivos contingentes constituídos relacionados a ESG, além da provisão ambiental já divulgada pela Companhia; e (vi) risco de descontinuidade de suas operações.

A Companhia entende não existir impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrente do tema ESG ou mudanças climáticas para 31 de dezembro de 2025.

1.2 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de

lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que em 2026 deu origem a Lei Complementar 227/2026, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Foi definido um cronograma de adequação dos documentos fiscais (NF-e, CT-e, etc.) para os novos impostos (IBS e CBS). No terceiro trimestre de 2025 ocorreu a fase de testes e emissão facultativa dos novos campos nos documentos fiscais. No quarto trimestre de 2025 ocorreu a fase de produção opcional, onde os novos campos passam a constar nos leiautes dos documentos. A obrigatoriedade total de conformidade entra em vigor em janeiro de 2026, mas com penalidade prevista a partir de maio de 2026. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas informações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

1.3 Ações Protecionistas e Tensões Geopolíticas

Para 2025, ainda é observado que, embora as tensões persistam, as indústrias brasileiras têm demonstrado resiliência, mas ainda enfrentam desafios específicos.

O desempenho da FERBASA ao longo de 2025 refletiu a resiliência do nosso modelo de negócio e a disciplina estratégica diante de um cenário global bastante desafiador. Enfrentamos um período marcado pelo crescimento do protecionismo internacional e volatilidade dos mercados, mantendo o foco na sustentabilidade econômica do negócio e em nossos projetos estruturantes.

As ações protecionistas dos EUA impactaram diretamente as exportações da Companhia. Desde agosto, as ligas de ferrossilício acumulam 68% de sobretarificação, referentes ao somatório de 18% da tarifa Antidumping (março/25), 10% do “Tarifaço” global (abril/25) e, em agosto, mais 40% relacionado ao “Tarifaço” exclusivo para o Brasil. Já as ligas de ferrocromo foram impactadas pela tarifação de 40% ocorrida em agosto. Nestas circunstâncias, o mercado dos EUA praticamente se fechou aos produtos da FERBASA.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essas normas incluem as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC®) ou pelo seu órgão antecessor (SIC®). A Entidade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos e não derivativos) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e coligadas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa nº 6. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.2.1. Reapresentação das Demonstrações Comparativas

Para fins de permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, algumas reclassificações foram feitas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não resultando em alteração no Lucro Líquido:

(a) Demonstrações do valor adicionado

Para melhoria na qualidade da informação e em observância ao CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as alterações refletem a abertura das linhas da Variação do valor justo de ativos biológicos (a1) e da Receitas relativas à construção de ativos próprios (a2).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrações dos fluxos de caixa

Segregação dos fluxos relativos ao ressarcimento da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), no grupo das Atividades Operacionais, evidenciando de forma distinta os montantes de provisão e o respectivo pagamento.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 (Original)	Reclassificado	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2024 (Original)	Reclassificado	31/12/2024 (Reapresentado)
RECEITA DE VENDAS	2.418.156	-	2.418.156	2.516.724	-	2.516.724
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a1)	-	74.626	74.626	-	74.626	74.626
Receitas relativas à construção de ativos próprios (a2)	-	131.772	131.772	-	141.359	141.359
Outras receitas	76.236	-	76.236	79.713	-	79.713
	2.494.392	206.398	2.700.790	2.596.437	215.985	2.812.422
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
CPV (inclui matérias-primas) (a1)	(903.180)	(74.626)	(977.806)	(905.903)	(74.626)	(980.529)
Materiais, serviços e outros (a2)	(678.901)	(125.497)	(804.398)	(732.674)	(135.084)	(867.758)
VALOR ADICIONADO BRUTO	912.311	6.275	918.586	957.860	6.275	964.135
Demais linhas	(8.631)	-	(8.631)	(14.437)	-	(14.437)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	903.680	6.275	909.955	943.423	6.275	949.698
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados						
Remuneração direta (a2)	351.638	6.275	357.913	358.618	6.275	364.893
Benefícios	67.417	-	67.417	68.069	-	68.069
FGTS	23.013	-	23.013	23.251	-	23.251
	442.068	6.275	448.343	449.938	6.275	456.213
Demais linhas	461.612	-	461.612	493.485	-	493.485
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	903.680	6.275	909.955	943.423	6.275	949.698

	Consolidado		
	31/12/2024 (Original)	Reclassificado	31/12/2024 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	327.754	-	327.754
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com:			
Provisão de conta de ressarcimento CCEE (b)	-	33.025	33.025
Demais linhas do ajuste ao lucro líquido	89.341	-	89.341
Redução (aumento) nas contas do ativo:	9.947	-	9.947
Aumento (redução) nas contas do passivo:			
Conta de ressarcimento CCEE (b)	8.530	(33.025)	(24.495)
Demais linhas das contas do passivo	(78.452)	-	(78.452)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	357.120	-	357.120
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(97.173)	-	(97.173)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(137.694)	-	(137.694)
Variação cambial s/ caixa e equivalentes	46	-	46
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.299	-	122.299

3. MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e coligadas é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas e coligadas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

4.1. Ativo biológico

O cálculo do valor justo do ativo biológico leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, o volume em metro cúbico de madeira, incremento médio anual (IMA) por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

Os ativos biológicos também podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente no que tange a impactos físicos relacionados a eventos climáticos extremos e aqueles relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos. A Companhia analisou os principais fatores de riscos, destacados a seguir:

- perdas de ativos biológicos devidos a incêndios e a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
- redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias; e
- interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados no curto/médio prazo, tomando por base o histórico climático das regiões onde estão localizados os plantios. No que se refere à ocorrência de pragas e doenças,

a Companhia conta com uma equipe técnica composta por colaboradores e consultores, que atua no diagnóstico e rápidas ações contra possíveis ocorrências e perdas.

4.2. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração ou por especialistas terceiros e considera a forma de utilização desses ativos nas suas operações. No caso de ativos intangíveis, como softwares, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos.

Em relação às benfeitorias em imóveis de terceiros com contrato de arrendamento, a amortização é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguéis, os períodos de depreciação/amortização são revistos em cada período.

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.5, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado pela utilização de informações obtidas junto aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém estes instrumentos financeiros. Os valores justos reconhecidos nas demonstrações financeiras podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação futura destas operações.

4.4. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens de manutenção sem rotatividade há mais de 5 (cinco) anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

4.5. Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica, previdência privada, prêmio de aposentadoria e multa de FGTS, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (nota explicativa nº 23).

A taxa de desconto utilizada no cálculo é a taxa de juros que determinará o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. A Companhia utiliza as taxas de juros referentes aos títulos públicos federais de longo prazo, compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego. Para os casos em que não haja títulos públicos com a mesma duração avaliada para o plano de benefícios, adota-se o método de interpolação linear na estimativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6. Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza, também, escritórios especializados, de modo em geral, em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimento analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor de cada ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 26).

4.7. Provisão para fechamento de minas e desmobilização dos parques eólicos

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas e desmobilização dos parques eólicos como práticas contábeis críticas por envolver valores relevantes de provisão e por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Em relação à desmobilização, as principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o desenvolvimento do segmento eólico no Brasil é recente), bem como os da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas, incluindo mobilização de guindaste, mão de obra etc. (nota explicativa nº 25).

Os custos de fechamento de mina e desmobilização de parque eólico estão capitalizados como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizados pelo período de sua vida útil ou período de concessão.

Na revisão anual destas estimativas, a provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

4.8. Arrendamentos

A Companhia utiliza taxas incrementais para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Os valores presentes dos passivos de arrendamentos são determinados com base nas taxas incrementais de Empréstimos, estimadas na data de início de cada arrendamento (nota explicativa nº 22).

5. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

A seguir os instrumentos financeiros ativos e passivos:

Ativo	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	232.565	344.269	372.724	464.086
Aplicações financeiras - circulante	Valor justo por meio do resultado	616.873	382.660	616.873	382.660
Aplicações financeiras - não circulante	Valor justo por meio do resultado	29.098	232.326	95.753	286.910
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	186.614	190.030	198.179	200.707
Depósitos judiciais	Custo amortizado	9.463	9.123	10.013	9.673
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	172.857	123.992	175.163	127.104
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	9.923	10.462	9.923	10.462
Adiantamento de contrato de câmbio circulante	Custo amortizado	-	219.656	-	219.656

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - circulante	Custo amortizado	1.359	14.990	32.087	41.587
Custo de captação	Custo amortizado	-	-	(455)	(455)
Empréstimos e financiamentos - circulante		1.359	234.646	31.632	260.788
Empréstimos e financiamentos - não circulante	Custo amortizado	198.958	-	334.842	162.444
Custo de captação	Custo amortizado	-	-	(2.221)	(2.676)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	Custo amortizado	198.958	-	332.621	159.768
Conta ressarcimento CCEE - circulante	Custo amortizado	-	-	73.392	54.852
Conta ressarcimento CCEE - não circulante	Custo amortizado	-	-	26.745	23.983
Arrendamentos a pagar - circulante	Custo amortizado	28.696	42.787	29.186	43.401
Arrendamentos a pagar - não circulante	Custo amortizado	14.055	12.956	18.235	19.543

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 3 (três) meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco de mudança de valor com baixa relevância.

A Companhia possui, junto às instituições financeiras com as quais opera, títulos com emissores de primeira linha (CDB, letra financeira, debêntures, fundo aberto e fundo exclusivo de investimento), em consonância com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, e classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A rentabilidade da carteira de aplicações financeiras encontra-se incluída nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

6.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. As contas denominadas em moeda estrangeira (mercado externo) são atualizadas pela variação cambial com base nas taxas de fechamento de cada período de reporte. Considerando que o prazo médio de recebimento é de 30 (trinta) dias e não possui componente financeiro significativo, estas são apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor da transação e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2025.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração como necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

6.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

6.4. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, cuja madeira é destinada à produção do biorredutor utilizado como insumo na produção de ferroligas e, em circunstâncias específicas, seu volume não consumido internamente é comercializado junto a terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético usado. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, com dedução dos custos estimados para uma comercialização após sua colheita.

A Companhia realiza uma avaliação prévia do valor justo dos ativos biológicos sempre no terceiro trimestre de cada ano, e o complementa em 31 de dezembro, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada “Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

6.5. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação inicia-se quando os ativos estão disponíveis para uso e é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada item, de modo a reduzir o custo ao seu valor residual ao final do período (exceto para terrenos e imobilizações em andamento, que não são depreciados).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

6.6. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

6.6.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

6.6.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis.

6.6.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam o dispositivo da Isenção de Reconhecimento para arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (com prazo de arrendamento igual ou inferior a doze meses, a partir da data de início, e que não contenham opção de compra). Aplica também este mesmo dispositivo para arrendamentos de equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

6.7. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins desta avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os

quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Adicionalmente, não foram identificados indicativos de *impairment* para nenhuma empresa da Companhia. A Ferbasa possui registrado um ganho com compra vantajosa decorrente da aquisição da BW Guirapá, portanto não existe *goodwill* contabilizado.

6.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Estas obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, que equivale ao valor nominal das faturas e se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações de risco sacado.

6.9. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do exercício, o valor do dividendo mínimo obrigatório, por estar previsto no Estatuto Social da Companhia, é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio”. A parcela dos dividendos excedente é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de dividendos e/ou juros sobre o capital.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

6.10. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros (e sendo também segregada em uma reserva de incentivos fiscais) no encerramento do exercício, de forma a não se tornar objeto de distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos

passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

6.11. Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

6.12. Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional, no encerramento do exercício, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que o Grupo é obrigado a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que o Grupo é obrigado a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

6.13. Benefícios a empregados

6.13.1. Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

6.13.2. Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

6.13.3. Prêmio de aposentadoria e multa FGTS - Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

6.13.4. Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base no resultado do exercício, depois de subtraídos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

6.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

6.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

6.16. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

6.17. Subvenções governamentais

Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas detalhadas na nota explicativa nº 31.

Em 26 de dezembro de 2025 foi publicada a Lei 224/2025, a qual regulamenta a concessão e redução de incentivos fiscais, financeiros e creditícios no âmbito federal, todavia, a referida legislação não traz efeitos para subvenções possuídas pela Companhia.

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.414, corrigido anualmente pelo IGPM.
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015.

- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica “Receita líquida de vendas”.
- A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

6.18. Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 16.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a ela.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

6.19. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

6.19.1. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como: contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período (nota explicativa nº 5).

6.19.2. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado (nota explicativa nº 5).

6.19.3. Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado (nota explicativa nº 5).

6.19.4. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

6.19.5. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

6.19.6. Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere para terceiros os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo

contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de custo amortizado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada e quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.21. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Quando oportuno, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas no mercado externo, conforme política interna, aprovada pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações com contabilização de *hedge accounting*.

7. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS

7.1. As seguintes alterações nas normas contábeis tornaram-se efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- (i) IAS 21 (CPC 02 (R2)) – Falta de permutabilidade.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

7.2. Normas emitidas, mas alterações ainda não vigentes.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- (i) IAS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 9 (CPC 48) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;
- (ii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação;
- (iii) IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IFRS 9 (CPC 48) – Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente de tais alterações.

- (iv) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;

Esta norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, e a principal mudança está na reformulação da DRE, criando subcategorias e subtotais obrigatórios — incluindo Lucro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operacional —, padroniza métricas gerenciais (MPMs) e melhora a transparência, exigindo reconciliação de métricas próprias com as normas. Além disso, no primeiro ano (2027), será necessário reapresentar os dados de 2026 como base comparativa.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de commodities e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

8.1. Risco cambial

O risco cambial decorre do descasamento da moeda funcional (Real) e as transações em moeda estrangeira (Dólar americano), incluindo Contas a receber de clientes, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e contratos de trava cambial de exportação.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2026, conforme Relatório Focus de 16 de janeiro de 2026.

		31/12/2025		Cenário I	
	Vencimento	US\$	R\$	Taxa	Ganho / (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>					
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	2026	10.715	58.951	5,5000	(19)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos em aberto.

8.2. Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros decorre da possibilidade, em função de mudanças no mercado financeiro, de alteração dos valores dos papéis adquiridos na carteira de aplicações financeiras advindos de sua marcação a mercado, da escolha de indexadores e da opção por taxas prefixadas ou pós-fixadas, bem como no valor presente e custo dos empréstimos e financiamentos.

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a taxa básica de juros para o final do ano de 2026 de 12,25% a.a., conforme Relatório Focus de 16 de janeiro de 2026.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2025 – a.a.	Cenário I Provável
Taxa básica de juros – (% a.a.)	15,00%	12,25%
<u>Controladora</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	871.586	956.491
Efeito líquido		84.905
<u>Consolidado</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	1.074.070	1.178.996
Efeito líquido		104.926

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP para o final do ano de 2026 de 9,19%a.a..

Riscos de taxas de juros (nota explicativa nº 21)	Taxa fechamento 31/12/2025 - a.a.	Cenário I Provável
<u>Taxa de juros - TJLP - (% a.a.)</u>	9,07%	9,19%
Consolidado:		
Saldo de empréstimos e financiamentos	166.612	181.924
Efeito líquido		(15.312)

8.3. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% (trinta por cento) do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhuma operação de derivativos em aberto.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

Adicionalmente, a Companhia mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

8.4. Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros, operacionais e de investimento. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de maior longo prazo.

Os passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano e com liquidação em caixa são os empréstimos e financiamentos. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 21. Os desembolsos futuros de empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	1.359	31.632
2027	50.000	80.728
2028	50.000	76.597
2029	50.000	76.597
2030	48.958	75.555
2031 em diante	-	23.144
Total	200.317	364.253

8.5. Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns clientes, os quais foram representativos em 2025. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magotteaux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

8.6. Risco de preço de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos (ferroligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

8.7. Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital monitorando a relação entre sua dívida líquida, que corresponde aos saldos de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 21) deduzidos dos saldos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10), e o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), baseada em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Companhia adota como limite máximo para endividamento o índice de 1,5x EBITDA.

8.8. Outros fatores de risco não financeiros

- Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais, metalurgia e parque eólico), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.
- Riscos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001.
- Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas,

inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.

- Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.
- Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% (noventa por cento) do imposto em até 72 (setenta e dois) meses, com desconto de 90% (noventa por cento) da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º (vigésimo) dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.
- Risco de energia elétrica: por sua característica eletrointensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia, juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinou prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.
- Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	6.950	4.754	11.280	11.587
Aplicações em CDB (i)	4.228	31.473	20.931	46.309
Letra Financeira	-	-	640	-
Fundos de investimento (ii)	221.387	308.042	339.873	406.190
	<u>232.565</u>	<u>344.269</u>	<u>372.724</u>	<u>464.086</u>

- (i) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), cuja taxa média ponderada de remuneração foi de 100,0% do CDI (100,2% em 31 de dezembro de 2024), cujo resgate tem liquidez diária sem alteração relevante do valor nominal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimento, cujo resgate tem liquidez em D+1 sem alteração relevante do valor nominal. A rentabilidade média ponderada mensal, marcada a mercado, foi de 103,7% do CDI (106,8% em 31 de dezembro de 2024).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:				
Letras financeiras (i)	162.877	137.767	162.877	137.767
Fundos de investimentos (ii)	103.826	146.028	103.826	146.028
CDB (iii)	139.629	4.212	139.629	4.212
Outros (iv)	210.541	94.653	210.541	94.653
	<u>616.873</u>	<u>382.660</u>	<u>616.873</u>	<u>382.660</u>
Não circulante:				
Letras financeiras (i)	21.673	48.863	45.632	72.584
Fundos de investimentos (ii)	-	-	42.696	30.863
CDB (iii)	-	116.842	-	116.842
Depósito para reinvestimento (v)	7.425	6.496	7.425	6.496
Outros (iv)	-	60.125	-	60.125
	<u>29.098</u>	<u>232.326</u>	<u>95.753</u>	<u>286.910</u>
	<u>645.971</u>	<u>614.986</u>	<u>712.626</u>	<u>669.570</u>

- (i) Letras financeiras com remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, de 99,9% do CDI (109,9% 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Operações em títulos, cujos vencimentos que superam 90 (noventa) dias e a remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, foi de 105,3% do CDI (103,3% 31 de dezembro de 2024). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços a um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa. Os Fundos de Investimentos classificados no "Não Circulante", se referem aos montantes alocados nas contas reservas da dívida e O&M da BW Guirapá.
- (iii) Operações em Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), cujas taxas médias de remuneração mensal foram de 99,8% do CDI (115,6% em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Debentures e papéis do Tesouro com remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, de 97,5% do CDI (91,6% 31 de dezembro de 2024).
- (v) Referente a subvenção do reinvestimento do IRPJ, no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com rendimento de 100% do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	128.492	152.229	140.057	162.906
Mercado externo	58.951	38.023	58.951	38.023
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(829)	(222)	(829)	(222)
	<u>186.614</u>	<u>190.030</u>	<u>198.179</u>	<u>200.707</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 35.404 (2024, R\$ 1.359) a receber de partes relacionadas conforme nota explicativa nº 28.

As contas a receber de mercado externo são em dólares norte-americanos (US\$), convertidas para Reais (R\$) na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 829 (R\$ 222 em 31 de dezembro de 2024), considerada suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber, de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

As contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	184.933	185.069	196.498	195.746
Vencidas de 0-30 dias	1.681	4.354	1.681	4.354
Vencidas de 31-60 dias	829	-	829	-
Vencidas há mais de 60 dias	-	829	-	829
PECLD	(829)	(222)	(829)	(222)
	<u>186.614</u>	<u>190.030</u>	<u>198.179</u>	<u>200.707</u>

12. ESTOQUES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:		
Produtos acabados	172.788	243.920
Matérias-primas	195.314	158.609
Minério de cromo	33.289	58.189
Materiais para manutenção (i)	85.605	95.407
	<u>486.996</u>	<u>556.125</u>
Não Circulante:		
Materiais para manutenção (i)	16.576	14.152
Provisão para obsolescência (ii)	(7.589)	(10.756)
	<u>8.987</u>	<u>3.396</u>
	<u>495.983</u>	<u>559.521</u>

- (i) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (ii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

O detalhamento do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota explicativa nº 32.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. TRIBUTOS A RECUPERAR E RESTITUIR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:				
IRPJ e CSLL	48.587	37.471	63.814	49.222
IPI (i)	-	59.376	-	59.376
PIS e COFINS a recuperar	12.746	7.667	12.747	7.668
ICMS a recuperar	6.312	4.635	6.455	4.655
Outros	2	1	34	28
	<u>67.647</u>	<u>109.150</u>	<u>83.050</u>	<u>120.949</u>
Não circulante:				
ICMS a recuperar	9.793	6.897	9.793	6.897
Outros	311	312	311	312
	<u>10.104</u>	<u>7.209</u>	<u>10.104</u>	<u>7.209</u>
	<u>77.751</u>	<u>116.359</u>	<u>93.154</u>	<u>128.158</u>

- (i) Em 1989, a Companhia iniciou uma ação judicial buscando o recebimento em dinheiro do "Crédito Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/1969 como incentivo fiscal para exportações. A ação foi concluída em 1995, e em 2002 iniciou-se as compensações dos créditos obtidos com débitos tributários. No entanto, a Receita Federal indeferiu as compensações, alegando falta de clareza na conclusão do processo judicial. A Cia. recorreu administrativamente e, somente em 2024, obteve decisão favorável às compensações realizadas e ao ressarcimento em dinheiro do saldo remanescente. Este saldo foi registrado em dezembro de 2024 e efetivamente recebido em janeiro de 2025.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis dos Ativos e Passivos das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Provisão para contingências	(61.263)	(62.595)	(61.263)	(62.595)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(7.589)	(10.756)	(7.589)	(10.756)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(43.624)	(56.302)	(43.624)	(56.302)
Provisão para passivo ambiental	(19.604)	(17.428)	(19.604)	(17.428)
Obrigações trabalhistas e atuariais	(72.409)	(70.884)	(72.409)	(70.884)
Realização da mais-valia	(34.240)	(29.822)	(34.240)	(29.822)
Provisão PECLD	(829)	(222)	(829)	(222)
Tributos de exigibilidade suspensa (PIS/COFINS)	(4.358)	(4.358)	(4.358)	(4.358)
Prejuízos Fiscais	(140.253)	-	(140.469)	(628)
Outras provisões temporárias	<u>(24.171)</u>	<u>(42.793)</u>	<u>(24.171)</u>	<u>(42.793)</u>
Base de cálculo	<u>(408.340)</u>	<u>(295.160)</u>	<u>(408.556)</u>	<u>(295.788)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido à alíquota de 25%	96.956	69.272	97.010	69.430
CSLL diferida à alíquota de 9%	36.751	26.564	36.770	26.621
IRPJ/CSLL diferidos ativo ^(A)	<u>133.707</u>	<u>95.836</u>	<u>133.780</u>	<u>96.051</u>

- (i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.
- (ii) A participação nos lucros dos Administradores no montante de R\$ 20.517 (2024, R\$ 18.070) é base apenas para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Impostos diferidos passivo</u>				
Ativo imobilizado - “ <i>deemed cost</i> ” – NE nº 29.4	58.811	58.811	63.385	63.385
Ativos biológicos - “ <i>fair value</i> ”	228.962	139.844	228.962	139.844
Compra vantajosa	75.143	75.143	75.143	75.143
Arrendamentos IFRS 16	22.102	24.215	22.102	24.215
Depreciação vida útil	22.595	-	22.595	-
Depreciação acelerada	4.173	4.909	4.173	4.909
Base de cálculo	<u>411.786</u>	<u>302.922</u>	<u>416.360</u>	<u>307.496</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(102.946)	(75.730)	(104.090)	(76.874)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(37.061)	(27.263)	(37.472)	(27.675)
IRPJ/CSLL diferidos passivo ^(B)	<u>(140.007)</u>	<u>(102.993)</u>	<u>(141.562)</u>	<u>(104.549)</u>
IRPJ/CSLL diferidos líquidos ^(A+B)	<u>(6.300)</u>	<u>(7.157)</u>	<u>(7.782)</u>	<u>(8.498)</u>

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, prejuízo fiscal e demais itens, acredita que realizará os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2026	55.139	21.925	55.139	21.925
2027	14.910	2.068	14.983	2.068
2028	180	12.083	180	12.083
2029	122	12.588	122	12.588
2030	61	273	61	273
2031 em diante	63.295	91.070	63.295	92.625
	<u>133.707</u>	<u>140.007</u>	<u>133.780</u>	<u>141.562</u>

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ/CSLL	170.866	318.749	172.760	319.835
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(58.094)	(108.375)	(58.738)	(108.744)
Valores que afetaram o cálculo do IRPJ/CSLL				
Juros sobre capital próprio	81.430	58.990	81.430	58.990
Equivalência patrimonial	(3.145)	(6.829)	-	-
Doações	(2.006)	(1.834)	(2.035)	(1.858)
Revisão nas apurações IRPJ/CSLL (iii)	-	30.302	-	30.302
Outros	(673)	10.628	(4.974)	3.317
Incentivo fiscal SUDENE (iv)	-	25.874	233	25.912
	17.512	8.756	15.916	7.919
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (iv)	-	25.874	233	25.912
Corrente	16.150	(10.046)	14.462	(10.810)
Diferido	1.362	(7.072)	1.221	(7.183)
Despesa de IRPJ e CSLL	17.512	8.756	15.916	7.919

(iii) Revisão das apurações na Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

(iv) Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, conforme Laudo Constitutivo de nº 0018/2023.
- Advindas da extração e beneficiamento de minério de cromo, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.
- Advindas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.
- Advindas da fabricação de cal virgem britado e cal britado, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, conforme Laudo Constitutivo de nº 0021/2023.

A parcela correspondente aos incentivos de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu os valores demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SUDENE	-	25.874	233	25.912
Reinvestimento	219	219	219	219
ICSM Desenvolve	1.531	-	1.531	-
	1.750	26.093	1.983	26.131

A movimentação dos impostos diferidos durante os exercícios de 2025 e de 2024 estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023 - Impostos diferidos ativo	(3.091)	(4.321)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	3.006	3.006
Reconhecido no resultado	(7.072)	(7.183)
Saldo em 31/12/2024 - Impostos diferidos líquidos	(7.157)	(8.498)
Saldo em 31/12/2024 - Impostos diferidos ativo	(7.157)	(8.498)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	(505)	(505)
Reconhecido no resultado	1.362	1.221
Saldo em 31/12/2025 - Impostos diferidos líquidos	(6.300)	(7.782)
Saldo em 31/12/2025 - Impostos diferidos ativo	-	-
Saldo em 31/12/2025 - Impostos diferidos passivo	(6.300)	(7.782)

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	486	519	495	528
Tributários (i)	8.977	8.604	9.518	9.145
	9.463	9.123	10.013	9.673

- (i) Referem-se a depósitos associados a processos fiscais e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que são registrados no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

16. INVESTIMENTOS

A seguir, breve comentário sobre as controladas e coligadas:

- A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria com a Marubeni Corporation e a Japan Metals & Chems – JMC, ambas empresas japonesas.
- A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo.
- A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor.
- A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal") tem como objeto social a lavra de jazidas de calcário e a produção de cal.
- Ferbasa & CO S.A.S. ("Ferbasa & CO") é uma subsidiária integral na cidade de Bogotá. Tem como objeto constituir e fazer parte de sociedades de todo tipo, incluindo empresas unipessoais, assim como abrir sucursais e agências que sejam necessárias para o adequado desenvolvimento de seu objeto social; fabricação e comercialização de diferentes tipos de ferro e ligas de ferro, pesquisa e exploração de jazidas minerais, produção e comercialização nacional e internacional de carvão e coque.
- Bahia Minas Bioenergia Ltda. ("Bahia Minas"), é uma coligada, constituída em dezembro de 2023, que tem o propósito específico de adquirir imóveis rurais para exploração da cultura de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

eucalipto e corymbia, que poderão ser explorados diretamente e/ou por meio de contrato com terceiros.

Adicionalmente, seguem informações sobre sua controlada geradora de energia eólica:

A BW Guirapá I S.A. é uma empresa *holding* de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% (cem por cento) no capital social das seguintes sociedades (“Controladas”): Central Eólica Angical S.A.; Central Eólica Caititu S.A.; Central Eólica Coqueirinho S.A.; Central Eólica Corrupião S.A.; Central Eólica Inhambu S.A.; Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.; e, Central Eólica Teiú S.A., cujas principais características operacionais estão demonstradas a seguir:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) ⁽ⁱ⁾	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽ⁱⁱ⁾	Energia contratada do 1º ao 4º ano do 3º quadriênio (MWmed) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ^(iv)
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	5,1	99,98	219,09
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	9,8	99,98	219,09
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	12,5	96,97	212,50
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	11,8	96,97	212,50
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,1	96,97	212,50
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	12,3	96,97	212,50
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	7,2	99,98	219,09
	<u>170,20</u>		<u>73,8</u>		

- (i) Conforme Portaria de Autorização MME.
- (ii) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos desde a 1ª Portaria do MME - Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.
- (iii) Conforme contrato de compra e venda, o 3º quadriênio compreende o período entre julho de 2022 e junho de 2026, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte.
- (iv) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde julho de 2011 e atualizados pela CCEE data-base julho de 2025.

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas e coligadas estão descritas a seguir:

	Participação %	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido “PL”	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Participação no PL das controladas e coligadas	Participação da Companhia (equivalência patrimonial)
<u>31/12/2024</u>									
Silbasa	51,26	3.288	171	3.117	1.006	(497)	509	1.598	261
Jacurici	100,00	29.248	1.504	27.744	3.911	(3.170)	741	27.744	741
Reflora	99,98	4.224	83	4.141	416	(100)	316	4.140	316
Damacal	100,00	3.162	310	2.852	254	(52)	202	2.852	202
Ferbasa & CO	100,00	3.192	1.865	1.327	-	(1.364)	(1.364)	1.327	(1.364)
Bahia Minas	51,00	50.936	1	50.935	14	(9)	5	25.977	3
BW Guirapá	100,00	768.433	299.823	468.610	114.150	(129.976)	(15.826)	518.826	(20.244) (*)
								<u>582.464</u>	<u>(20.085)</u>
<u>31/12/2025</u>									
Silbasa	51,26	3.663	214	3.449	1.172	(560)	612	1.768	314
Jacurici	100,00	30.145	1.691	28.454	4.083	(3.152)	931	28.454	931
Reflora	99,98	4.571	122	4.449	546	(142)	404	4.448	404
Damacal	100,00	3.381	326	3.055	334	(68)	266	3.055	266
Ferbasa & CO	100,00	747	34	713	810	(1.424)	(614)	713	(614)
Bahia Minas	51,00	150.072	76.067	74.005	27	(8.966)	(8.939)	37.743	(4.559)
BW Guirapá	100,00	769.743	298.266	471.477	132.899	(139.032)	(6.133)	517.275	(10.551) (*)
								<u>593.456</u>	<u>(13.809)</u>

(*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo na aquisição da BW Guirapá e sua respectiva realização do montante líquido de R\$ 45.798 e R\$ 4.418 (2024, R\$ 50.216 e R\$ 4.418).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damac al	BW Guirapá	Ferbasa & CO	Bahia Minas	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2023	1.463	27.179	3.899	2.698	539.070	909	15.000	78	590.296
Equivalência patrimonial:									
Investimento (i)	-	-	-	-	-	1.736	10.974	40.785	53.495
Realização da mais-valia	-	-	-	-	(4.418)	-	-	-	(4.418)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Dividendos	(126)	(176)	(75)	(48)	-	-	-	-	(425)
Resultado do exercício	261	741	316	202	(15.826)	(1.364)	3	-	(15.667)
Saldos 31 de dezembro de 2024	1.598	27.744	4.140	2.852	518.826	1.327	25.977	40.863	623.327
Saldos 31 de dezembro de 2024	1.598	27.744	4.140	2.852	518.826	1.327	25.977	40.863	623.327
Equivalência patrimonial:									
Investimento (ii)	-	-	-	-	9.000	-	16.325	3.359	28.684
Realização da mais-valia	-	-	-	-	(4.418)	-	-	-	(4.418)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	(144)	(221)	(96)	(63)	-	-	-	-	(524)
Resultado do exercício	314	931	404	266	(6.133)	(614)	(4.559)	-	(9.391)
Saldos 31 de dezembro de 2025	1.768	28.454	4.448	3.055	517.275	713	37.743	44.222	637.678

- (i) Em 09 de fevereiro de 2024, a Cia. assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações, para a aquisição de 45% de participação na Sociedade NK 232 Empreendimentos e Participações S.A. (empresa do grupo Auren Energia S.A.). O preço total da aquisição foi de R\$ 37.822, este valor foi reconhecido inicialmente como valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 em 44.144 (R\$ 40.785, em 2024) classificado como outras participações. Esta sociedade tem por objetivo explorar os parques eólicos Ventos de São Ciro (localizado no Piauí) e Ventos de São Bernardo (localizado em Pernambuco), e possibilitará à FERBASA consumir, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE), a energia elétrica gerada nos mencionados parques. Adicionalmente, firmamos simultaneamente os Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) com os Parques Eólicos citados, que proporcionarão para a FERBASA o suprimento de 35MW médios de energia elétrica, durante 20 anos, com início de fornecimento a partir do ano 2025. Existe a opção de recompra do referido ativo no final do prazo contratual; (b) Integralização do capital social da empresa Bahia Minas Bioenergia Ltda. e Ferbasa & CO, respectivamente R\$ 10.974 e R\$ 1.736.
- (ii) Em fevereiro de 2025, ocorreu o terceiro aporte de capital no montante de R\$ 16.325, na Empresa Bahia Minas Bioenergia (Coligada), sociedade firmada em parceria com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A., visando à aquisição de imóveis rurais a serem utilizados na exploração de eucalipto e outras espécies florestais.

Ainda em fevereiro de 2025, a FERBASA realizou um aporte de R\$ 9.000 na conta de reserva do Complexo Eólico para adequação do indicador ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida), conforme critérios de cálculo do covenants, estabelecidos no contrato do junto ao BNDES.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Terras para plantio	124.308	124.308	124.460	124.460
Terrenos	33.487	29.764	39.257	35.534
Edificações	245.843	236.025	396.411	389.170
Máquinas e equipamentos	498.016	418.657	915.719	871.506
Veículos e tratores	17.096	16.185	17.096	16.185
Móveis e utensílios	6.281	5.296	6.428	5.462
Informática	7.061	6.900	7.437	7.083
Desenvolvimento de minas	126.026	108.886	126.026	108.886
Em andamento e outros	160.337	149.729	188.410	179.043
Imobilizado (17.1)	1.218.455	1.095.750	1.821.244	1.737.329
Direito de uso - arrendamento (17.2)	66.694	81.174	73.153	89.973
Total do imobilizado	1.285.149	1.176.924	1.894.397	1.827.302
Intangível (17.3)	5.053	5.696	13.355	14.463

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear (Consolidado):

	Média vida útil (anos)
<u>Imobilizado</u>	
Máquinas e equipamentos	10
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática e outros	5
<u>Direito de uso em arrendamento</u>	
Direito de uso máquinas e equipamentos	4
Direito de uso terreno	29
Direito de uso edificações	5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1. Imobilizado

	Controladora									
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Outras imobilizações	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2023	124.302	29.514	250.429	855.252	87.443	14.821	22.575	160.072	224.820	1.769.228
Adições	-	-	8.168	40.383	5.462	1.869	1.825	21.223	125.497	204.427
Transferências	-	250	86.355	79.797	-	1.149	132	-	(167.683)	-
Baixas	-	-	(550)	(5.148)	(6.260)	(2)	(51)	-	-	(12.011)
Reclassificações	6	-	(2)	3	(423)	(1)	2	(66)	7.139	6.658
Saldo em 31/12/2024	124.308	29.764	344.400	970.287	86.222	17.836	24.483	181.229	189.773	1.968.302
Saldo em 31/12/2024	124.308	29.764	344.400	970.287	86.222	17.836	24.483	181.229	189.773	1.968.302
Adições	-	3.724	1.399	64.827	3.566	1.604	2.048	25.368	118.426	220.962
Transferências	-	-	22.152	77.879	3.111	239	541	-	(103.922)	-
Baixas	-	(1)	-	(3.827)	(1.610)	-	(10)	-	(402)	(5.850)
Reclassificações	-	-	-	500	-	-	-	-	-	500
Saldo em 31/12/2025	124.308	33.487	367.951	1.109.666	91.289	19.679	27.062	206.597	203.875	2.183.914
Depreciação e exaustão acumuladas										
Saldo em 31/12/2023			(96.968)	(503.624)	(72.474)	(11.752)	(15.260)	(65.241)	(26.644)	(791.963)
Despesa de depreciação e exaustão			(11.615)	(53.147)	(4.084)	(783)	(2.375)	(6.978)	(3.302)	(82.284)
Baixas			203	4.912	6.098	2	50	-	-	11.265
Reclassificações			5	10	423	(7)	2	(124)	(10.098)	(9.789)
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Saldo em 31/12/2024			(108.375)	(551.630)	(70.037)	(12.540)	(17.583)	(72.343)	(40.044)	(872.552)
Saldo em 31/12/2024			(108.375)	(551.630)	(70.037)	(12.540)	(17.583)	(72.343)	(40.044)	(872.552)
Despesa de depreciação e exaustão			(13.665)	(63.897)	(5.755)	(858)	(2.428)	(8.228)	(3.495)	(98.326)
Baixas			(68)	3.658	1.599	-	10	-	1	5.200
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Saldo em 31/12/2025			(122.108)	(611.650)	(74.193)	(13.398)	(20.001)	(80.571)	(43.538)	(965.459)
Saldos líquidos em:										
31/12/2024	124.308	29.764	236.025	418.657	16.185	5.296	6.900	108.886	149.729	1.095.750
31/12/2025	124.308	33.487	245.843	498.016	17.096	6.281	7.061	126.026	160.337	1.218.455

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terras para plântio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Outras imobilizações	Total
<u>Custo</u>										
Saldo em 31/12/2023	124.454	50.284	409.368	1.603.904	96.230	15.143	23.128	160.072	261.540	2.744.123
Adições	-	-	8.168	40.431	5.462	1.876	1.837	21.223	135.084	214.081
Transferências	-	250	86.705	96.256	-	1.149	179	-	(184.539)	-
Baixas	-	-	(550)	(6.606)	(6.260)	(31)	(67)	-	-	(13.514)
Reclassificações	6	(15.000)	(2)	3	(423)	(1)	2	(66)	7.091	(8.390)
Saldo em 31/12/2024	<u>124.460</u>	<u>35.534</u>	<u>503.689</u>	<u>1.733.988</u>	<u>95.009</u>	<u>18.136</u>	<u>25.079</u>	<u>181.229</u>	<u>219.176</u>	<u>2.936.300</u>
Saldo em 31/12/2024	124.460	35.534	503.689	1.733.988	95.009	18.136	25.079	181.229	219.176	2.936.300
Adições	-	3.724	1.399	74.464	3.566	1.608	2.333	25.368	118.426	230.888
Transferências	-	-	22.076	77.955	3.111	239	541	-	(103.922)	-
Baixas	-	(1)	-	(4.086)	(1.610)	-	(10)	-	(402)	(6.109)
Reclassificações	-	-	-	500	-	-	-	-	-	500
Saldo em 31/12/2025	<u>124.460</u>	<u>39.257</u>	<u>527.164</u>	<u>1.882.821</u>	<u>100.076</u>	<u>19.983</u>	<u>27.943</u>	<u>206.597</u>	<u>233.278</u>	<u>3.161.579</u>
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>										
Saldo em 31/12/2023			(119.524)	(751.606)	(81.261)	(11.872)	(15.603)	(65.241)	(25.505)	(1.070.612)
Despesa de depreciação e exaustão			(14.529)	(92.833)	(4.084)	(797)	(2.446)	(6.978)	(4.541)	(126.208)
Baixas			203	5.557	6.098	2	50	-	-	11.910
Reclassificações			18.917	(18.986)	423	(7)	2	(124)	(10.087)	(9.862)
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Realização mais-valia			414	(4.833)	-	-	1	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2024			<u>(114.519)</u>	<u>(862.482)</u>	<u>(78.824)</u>	<u>(12.674)</u>	<u>(17.996)</u>	<u>(72.343)</u>	<u>(40.133)</u>	<u>(1.198.971)</u>
Saldo em 31/12/2024			(114.519)	(862.482)	(78.824)	(12.674)	(17.996)	(72.343)	(40.133)	(1.198.971)
Despesa de depreciação e exaustão			(16.580)	(103.781)	(5.755)	(881)	(2.521)	(8.228)	(4.736)	(142.482)
Baixas			(68)	3.775	1.599	-	10	-	1	5.317
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Realização mais-valia			414	(4.833)	-	-	1	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2025			<u>(130.753)</u>	<u>(967.102)</u>	<u>(82.980)</u>	<u>(13.555)</u>	<u>(20.506)</u>	<u>(80.571)</u>	<u>(44.868)</u>	<u>(1.340.335)</u>
<u>Saldos líquidos em:</u>										
31/12/2024	<u>124.460</u>	<u>35.534</u>	<u>389.170</u>	<u>871.506</u>	<u>16.185</u>	<u>5.462</u>	<u>7.083</u>	<u>108.886</u>	<u>179.043</u>	<u>1.737.329</u>
31/12/2025	124.460	39.257	396.411	915.719	17.096	6.428	7.437	126.026	188.410	1.821.244

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras imobilizações

Incluem imobilizações em andamento no valor de R\$ 155.712, Controladora e Consolidado, (Controladora em 2024, R\$ 143.091), (Consolidado em 2024, R\$ 144.117), além de outras imobilizações correspondentes a desmobilizações de parque eólico, fechamento de mina, meio ambiente, manutenção de estradas, dentre outros.

Adições e transferências

Incluem as aquisições de imobilizado realizado nos períodos e os projetos em andamento transferidos para operações.

Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia de operações de empréstimos e processos judiciais, totalizou R\$ 535.

17.2. Direito de uso em arrendamento

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Custo em 31/12/2023	213.994	213.994	11.246	176	225.416
Remensuração	(2.250)	(2250)	331	-	(1.919)
Adições	71.527	71.527	-	-	71.527
Custo em 31/12/2024	283.271	283.271	11.577	176	295.024
Custo em 31/12/2024	283.271	283.271	11.577	176	295.024
Remensuração	1.249	1.249	(1.952)	-	(703)
Adições	38.680	38.680	-	-	38.680
Custo em 31/12/2025	323.200	323.200	9.625	176	333.001
<u>Depreciação</u>					
Depreciação em 31/12/2023	(125.976)	(125.976)	(2.312)	(176)	(128.464)
Adições	(76.121)	(76.121)	(466)	-	(76.587)
Depreciação em 31/12/2024	(202.097)	(202.097)	(2.778)	(176)	(205.051)
Depreciação em 31/12/2024	(202.097)	(202.097)	(2.778)	(176)	(205.051)
Adições	(54.409)	(54.409)	(388)	-	(54.797)
Depreciação em 31/12/2025	(256.506)	(256.506)	(3.166)	(176)	(259.848)
Saldo líquido em 31/12/2024	81.174	81.174	8.799	-	89.973
Saldo líquido em 31/12/2025	66.694	66.694	6.459	-	73.153

Os montantes reconhecidos de adições e remensuração no montante individual de R\$ 39.929 (2024, R\$ 69.277) e consolidado de R\$ 38.131 (2024, R\$ 69.608) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$ 1.249 (2024, R\$ 9.730) foi apropriado no custo do estoque.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.3. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Software	Direito de uso	Software	Total
<u>Custo</u>				
Saldo em 31/12/2023	15.571	13.863	373	29.807
Adições e transferências	1.850	-	-	1.850
Reclassificações	-	-	(3)	(3)
Saldo em 31/12/2024	17.421	13.863	370	31.654
Saldo em 31/12/2024	17.421	13.863	370	31.654
Adições e transferências	963	-	-	963
Saldo em 31/12/2025	18.384	13.863	370	32.617
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 31/12/2023	(10.377)	(4.810)	(254)	(15.441)
Despesa de amortização	(1.348)	(389)	(97)	(1.834)
Reclassificações	-	-	84	84
Saldo em 31/12/2024	(11.725)	(5.199)	(267)	(17.191)
Saldo em 31/12/2024	(11.725)	(5.199)	(267)	(17.191)
Despesa de amortização	(1.606)	(389)	(76)	(2.071)
Saldo em 31/12/2025	(13.331)	(5.588)	(343)	(19.262)
Saldo líquido em 31/12/2024	5.696	8.664	103	14.463
Saldo líquido em 31/12/2025	5.053	8.275	27	13.355

18. ATIVO BIOLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que, por sua vez, é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas localizam-se na Bahia. A movimentação do saldo dos ativos biológicos e o efeito líquido da variação do valor justo estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	425.593	348.553
Plantios e manutenção (custo histórico)	68.265	72.741
Exaustão (i)	(78.397)	(69.295)
Variação de valor justo (ii)	143.401	74.626
Baixas (iii)	(76)	(1.032)
No final do exercício	558.786	425.593

- (i) A exaustão (corte) calculada pelo valor justo foi de R\$ 78.397 (2024, R\$ 69.295), sendo R\$ 24.113 (2024, R\$ 29.517) pelo custo histórico e R\$ 54.284 (2024, R\$ 39.778) referente ao efeito da variação do valor justo.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, o efeito no resultado pela variação do valor justo foi R\$ 143.401 e pelo consumo/venda de madeira foi de R\$ 51.586. Assim, o impacto do cálculo do ativo biológico na demonstração do resultado foi R\$ 91.815.
- (iii) Baixa ocasionada por danos causados por ventos intensos e/ou incêndios.

As florestas em formação com menos de 2 (dois) anos são mantidas ao custo histórico em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período o custo histórico da floresta em formação se aproxima do valor justo.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 (sete) anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros ou por meio de pesquisa de preços no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente, considerando a destinação do eucalipto para produção de madeira. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do segmento de recursos florestais da Companhia.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

A Companhia realiza a avaliação do valor justo dos ativos biológicos em setembro e atualiza para 31 de dezembro de cada exercício. As principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Área de efetivo plantio (hectare)	25.670	25.670
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare ano	30,76	32,88
Preço bruto médio de venda - R\$/m ³	195,00	154,00
Remuneração da terra própria - R\$/hectare	1.200,00	1.000,00
Taxa de desconto deflacionada - %	9,64%	8,91%

Em 31 de dezembro de 2025, houve entrada de volume de 1.047 mil m³ (2024, 975,9 mil m³).

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica	15.687	14.883	15.687	14.883
Matéria-prima e insumos	124.099	94.219	124.099	94.219
Outros fornecedores (i)	33.071	14.890	35.377	18.002
	<u>172.857</u>	<u>123.992</u>	<u>175.163</u>	<u>127.104</u>

- (i) Trata-se de serviços de consultorias, transporte, pesquisas e prospecção etc., além de fornecedores não ligados à produção. Não há saldo a pagar com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 670, em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa n^o 28.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	9.923	10.462

O item mais relevante refere-se a recursos recebidos pelos embarques de produtos em trânsito na data-base de 31 de dezembro de 2025 e de 2024, cujo respectivo reconhecimento da receita ocorre na finalização do desembarque no local de destino, onde cessa a obrigação da entrega e o controle dos produtos é efetivamente transferido ao cliente.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:				
Financiamentos (i)	1.359	14.990	1.359	14.990
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	30.728	26.597
Adiantamento contrato de câmbio (iii)	-	219.656	-	219.656
Subtotal Financiamentos	1.359	234.646	32.087	261.243
Custo de captação	-	-	(455)	(455)
Total do circulante	1.359	234.646	31.632	260.788
Não circulante:				
Financiamentos (i)	198.958	-	198.958	-
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	135.884	162.444
Subtotal Financiamentos	198.958	-	334.842	162.444
Custo de captação	-	-	(2.221)	(2.676)
Total do não circulante	198.958	-	332.621	159.768
Total	200.317	234.646	364.253	420.556

- (i) Captação pela controladora para capital de giro, através da linha Plano Brasil Soberano Indireto, em banco privado, sem necessidade de garantias. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controladora para capital de giro, através da linha Plano Brasil Soberano Direto, com garantia através de fiança.
- (ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.
- (iii) Captação de recursos financeiros, obtidos em 2024, através de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), a um deságio médio de 5,94% a.a., com vencimentos em 2025, taxa cambial média de R\$/US\$ 5,78, com o objetivo de financiar os estoques de ferroligas e aproveitando o patamar favorável da taxa cambial no momento. A liquidação ocorreu ao longo dos nove meses de 2025.

O quadro abaixo demonstra as principais características das dívidas da Companhia e de suas controladas:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii) acima	-	166.612
				Subtotal TJLP (nota explicativa nº 8.2)	-	166.612

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
Brasil Soberano	2030	3,89%	Mensal	Clean	50.189	50.189
Brasil Soberano	2030	3,87%	Mensal	Fiança	150.128	150.128
				Subtotal CDI (nota explicativa nº 8.2)	200.317	200.317
				Subtotal	200.317	366.929
				(-) Custo de captação	-	(2.676)
				Total	200.317	364.253

Como os empréstimos e financiamentos não possuem instrumentos financeiros derivativos a eles vinculados, o valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está em linha com o valor justo dessas dívidas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.110	271.385
Captação	196.099	196.099
Juros e variações monetárias provisionados	28.413	47.053
Amortização custo de captação	-	455
Juros pagos	(6.828)	(23.924)
Amortização de principal	(44.148)	(70.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	234.646	420.556
Captação	200.000	200.000
Juros e variações monetárias provisionados / revertidos	(13.480)	5.747
Amortização custo de captação	-	455
Juros pagos	(10.671)	(25.522)
Amortização de principal	(210.178)	(236.983)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	200.317	364.253

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	50.000	80.728
2028	50.000	76.597
2029	50.000	76.597
2030	48.958	75.555
2031 em diante	-	23.144
Total	198.958	332.621

Cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

Nas demonstrações financeiras consolidadas constam financiamentos que incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices anuais, em que a antecipação do vencimento da dívida, em caso de descumprimento dos covenants, é a condição máxima nelas contempladas.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia captou o montante de R\$ 200.000 junto ao Banco Itaú e ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora possui contratos de financiamento nas modalidades de apoio direto e apoio indireto do “Plano Brasil Soberano”, um conjunto de medidas econômicas criado pelo Governo Federal do Brasil nos termos da Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, em apoio às empresas impactadas pelas ações tarifárias impostas pelo governo dos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estados Unidos sobre os produtos brasileiros. O programa tem como intuito a proteção do mercado exportador nacional, a preservação dos empregos, o incentivo aos investimentos em setores estratégicos e a assecuração da continuidade do desenvolvimento econômico do país.

A controladora possui em seus contratos, cláusulas restritivas não financeiras que foram cumpridas na data base das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, na operação de crédito da modalidade apoio direto aplicou-se a restrição da distribuição de dividendos, sendo permitido apenas a distribuição do mínimo obrigatório e juros sobre o capital próprio durante o período de carência e no exercício social imediatamente subsequente. Ademais, apenas no período de carência do empréstimo permanecerão vedadas: a distribuição de lucros, dividendos ou juros acumulados em reservas; a redução do capital social, e; o pagamento de mútuos a acionistas ou a empresas do mesmo grupo econômico.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, era exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30. O BNDES autorizou, através de aditivo contratual datado de junho de 2021, a obrigação de aporte de recursos adicionais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da apuração do ICSD, para que o cálculo do referido índice atinja 1,30 em caso do ICSD inferior a 1,30, mas igual ou superior a 1,10, sendo, nessa hipótese, considerada cumprida a obrigação contratual prevista para o exercício em questão. Em 31 de dezembro de 2025, o índice ICSD foi de 1,8 e, desta forma, a Controlada BW Guirapá, cumpriu com a referida exigência.

Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

22. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Controladora	Consolidado		
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Total
Saldo em 31/12/2023	63.594	63.594	7.492	71.086
Remensurações	(2.250)	(2.250)	331	(1.919)
Adições	71.527	71.527	-	71.527
Pagamentos	(88.627)	(88.627)	(1.036)	(89.663)
Realização AVP	11.499	11.499	414	11.913
Saldo em 31/12/2024	55.743	55.743	7.201	62.944
Saldo em 31/12/2024	55.743	55.743	7.201	62.944
Remensurações	1.249	1.249	(1.952)	(703)
Adições	38.680	38.680	-	38.680
Pagamentos	(66.593)	(66.593)	(1.139)	(67.732)
Realização AVP	13.672	13.672	560	14.232
Saldo em 31/12/2025	42.751	42.751	4.670	47.421
Circulante	28.696	28.696	490	29.186
Não circulante	14.055	14.055	4.180	18.235

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros de financiamentos observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. A taxa média ponderada utilizada para a controladora é de 18,15% a.a. e para a controlada BW é de 11,31% a.a..

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	9.223	9681
2028 a 2031	4.832	6.080
2032 a 2036	-	1.418
2037 a 2041	-	1.026
2042 a 2046	-	28
2047 em diante	-	2
Total	14.055	18.235

O quadro abaixo demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento para a Controladora, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora				Consolidado			
	Nominal		Ajustado a valor presente		Nominal		Ajustado a valor presente	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestação	54.788	72.920	42.751	55.743	67.583	86.244	47.421	62.944
PIS/COFINS potencial (9,25%)	5.068	6.745	3.954	5.156	6.521	7.978	4.386	5.822

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2026	2027	2028	2029 em diante
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	81.404	45.448	18.510	-
Taxa Real (efeito inflação)	86.527	49.372	19.305	-
Variação	5.123	3.924	795	-
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	69.053	47.971	24.187	-
Taxa Real (efeito inflação)	72.477	50.308	27.264	-
Variação	3.424	2.337	3.077	-
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	10.786	6.278	697	6.430
Taxa Real (efeito inflação)	11.465	6.542	2.747	10.194
Variação	679	264	2.050	3.764
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	23.018	23.018	23.986	26.123
Taxa Real (efeito inflação)	23.533	24.159	25.154	30.255
Variação	515	1.141	1.168	4.132

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ATUARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:				
Salários e encargos	14.836	13.494	15.208	13.824
Provisões trabalhistas e encargos	34.043	31.125	34.231	31.350
Participações nos lucros (i)	43.624	56.302	43.624	56.302
	<u>92.503</u>	<u>100.921</u>	<u>93.063</u>	<u>101.476</u>
Não circulante:				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	72.409	70.884	72.409	70.884
	<u>164.912</u>	<u>171.805</u>	<u>165.472</u>	<u>172.360</u>

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro do exercício seja destinado em até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados e até 10% (dez por cento) do saldo resultante para gratificação dos administradores. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das participações dos administradores é de R\$ 20.517 (2024, R\$ 18.070) e o saldo das participações dos colaboradores é de R\$ 23.107 (2024, R\$ 38.232).
- (ii) A Companhia mantém obrigações trabalhistas e atuariais conforme abaixo:
- Previdência privada: A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.
 - Prêmio por aposentadoria: A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebam salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um pagamento único ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício.
 - Multa do FGTS: A Companhia constituiu provisão de benefício pós-emprego referente à multa do FGTS quando da aposentadoria para os empregados expostos a riscos nocivos (aposentadoria especial), optantes pelo FGTS, desligados ao seu pedido, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento. Estes aposentados especiais farão jus ao benefício como se fossem desligados, desde que o tempo de serviço seja superior a 5 (cinco) ou 8 (oito) anos, a depender da localidade em que trabalham.
 - Assistência médica: Os colaboradores que ingressarem na Companhia a partir das referidas mudanças não terão direito de permanecer no plano quando aposentados ou desligados, já os que ingressaram na Companhia antes das mudanças, com mais de 30 (trinta) anos de vínculo empregatício ininterruptos, quando desligados por aposentadoria e desde que assumam o custo integral do plano, terão direito de permanecer no plano. Já os colaboradores ativos antes das mudanças, quando desligados na condição de aposentados ou não aposentados terão os respectivos limitadores de tempo 1 (um) ano para cada ano de contribuição limitado a 9 (nove) anos e 1/3 do tempo de contribuição com mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 2 (dois) anos, respectivamente) de permanência no plano desde que sejam cumpridas as exigências legais estabelecidas para tal e assumindo o custo integral do plano assistencial de saúde.
- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais (controladora e consolidada):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio aposentadoria e multa FGTS	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	32.170	38.714	70.884
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	4.194	5.636	9.830
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(1.823)	(4.995)	(6.818)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(4.741)	3.254	(1.487)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	<u>29.800</u>	<u>42.609</u>	<u>72.409</u>

- (b) A seguir os ganhos e perdas atuariais no exercício sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes (controladora e consolidado):

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(2.936)	-	(2.936)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	216	336	552
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	<u>7.461</u>	<u>(3.590)</u>	<u>3.871</u>
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	<u>4.741</u>	<u>(3.254)</u>	<u>1.487</u>

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria em relação ao cenário base (controladora e consolidado):

	Plano de Saúde		Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	
	Passivo	Impacto	Passivo	Impacto
Cenário base	29.800	-	42.609	-
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas	30.468	2,2%	42.650	0,1%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas	29.184	(2,1%)	42.569	(0,1%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	31.431	5,5%	43.362	1,8%
Taxas de juros real – aumento de 0,50% a.a.	28.303	(5,0%)	41.891	(1,7%)
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	26.899	(9,7%)	-	-
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	33.199	11,4%	-	-

- (d) Premissas atuariais

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa esperada de inflação - % a.a.	4,00	4,00
Taxa real de desconto - Plano de Previdência - % a.a.	7,81	7,60
Taxa real de desconto - Custeio plano de saúde - % a.a.	7,37	7,26
Taxa real de desconto - Prêmio de aposentadoria - % a.a.	7,89	7,66
Taxa real de desconto - Multa FGTS - % a.a.	7,89	7,66
Taxa de rotatividade - % a.a.	5,00	5,00
Crescimento real de salários - % a.a.	0,50	0,50
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	45,92	36,80
Elegibilidade à aposentadoria	65 normal 25, 20 e 15 especial	65 normal 25, 20 e 15 especial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	50	5
ICMS	17.984	24.906	17.984	24.991
PIS e COFINS	-	3.008	320	3.518
IRRF a recolher	6.157	5.605	6.421	5.845
IPI	669	372	669	372
Outros	5.491	4.199	5.556	4.290
	30.301	38.090	31.000	39.021
Não circulante:				
IRPJ e CSLL	18.241	-	18.241	-
IRPJ - Reinvestimento (i)	3.500	3.500	3.500	3.500
PIS e COFINS	-	-	87	87
	21.741	3.500	21.828	3.587
	52.042	41.590	52.828	42.608

- (i) Refere-se a 30% (trinta) do IRPJ devido no ano-calendário de 2022, mantido até a aprovação dos projetos encaminhados à SUDENE. Ocorrendo a aprovação, esse valor será capitalizado, caso contrário, a Cia efetuará o recolhimento.

25. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de fechamento/desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis, e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento pelo período remanescente de operação adotado. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As movimentações dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Não circulante</u>				
Saldo inicial	17.428	17.729	40.809	46.352
Baixas	(1.086)	(1.160)	(1.086)	(1.160)
Atualização monetária, AVP e outras	3.262	859	5.311	(4.383)
Saldo final	19.604	17.428	45.034	40.809

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Possível		Provável	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributária/Administrativa	29.999	30.342	50.174	52.536
Trabalhistas	484	700	6.757	5.696
Cíveis	475	480	4.332	4.363
	<u>30.958</u>	<u>31.522</u>	<u>61.263</u>	<u>62.595</u>

26.1. Processos provisionados, com risco de perda provável.

	31/12/2025	31/12/2024
Tributária/Administrativa:		
PIS e COFINS (i)	20.829	18.218
Tarifas CDE (ii)	19.191	19.191
Encargos sociais (iii)	4.538	9.454
Outros	5.616	5.673
Trabalhistas (iv)	6.757	5.696
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	2.515	2.541
BW Guirapá (vi)	1.309	1.309
Outros	508	513
	<u>61.263</u>	<u>62.595</u>

- (i) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$ 20.289 (2024, R\$ 18.218) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (ii) Tarifas CDE: A Companhia participa de ações declaratórias com pedido de antecipação de tutela ajuizadas pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres como parte autora, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (relativo aos anos de 2015 e 2016). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui provisão de valores controversos no montante de R\$ 19.191 referente à CDE, cuja exigibilidade está afastada por força de liminares deferidas em favor da ABRACE.
- (iii) Encargos sociais: A Companhia provisionou o montante de R\$ 4.538 (2024, R\$ 9.454), sendo: (a) R\$ 4.538 (2024, R\$ 6.421) referente à contribuição previdência incidente sobre o terço de férias. Apesar do debate da Companhia com o Fisco através de Mandado de Segurança e, ainda, não ter transitado em julgado, o Tema 985 foi julgado pelo STF, fixou como legítima a incidência de contribuição social sobre o terço de férias. O processo está pendente de apreciação de Embargos de Declaração no STF para fixação de possível modulação dos efeitos da decisão. Embora a discussão não se amolde especificamente aos Temas 881 e 885 do STF e a Companhia não possua coisa julgada, com base na mencionada decisão do STF, bem como na opinião de seus assessores jurídicos, foi registrada a devida provisão; e (b) (2024, R\$ 3.033) referente ao recolhimento de contribuição previdenciária patronal, montante liquidado no final de 2025.
- (iv) Trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), ou ações coletivas que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). Além disso,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a Companhia possui contra si ações coletivas, propostas pelo Ministério Público do Trabalho, sendo estas: (a) a Ação Civil Pública que questiona suposta irregularidade na terceirização de atividades de Silvicultura e pede a condenação da Reclamada por danos morais coletivos com valor de causa declarado em petição inicial atualizado de R\$ 42.867 (2024, R\$ 18.796). Considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 2.293 (2024, R\$ 1.000); e (b) a Ação Civil Pública que busca imputar à Companhia a responsabilidade pela ocorrência de um acidente fatal com seu ex-funcionário com valor de causa declarado em petição inicial atualizado de R\$ 5.117 (2024, R\$ 3.134), reivindicando o cumprimento de obrigações de fazer, além de pagamento de danos morais coletivos. Considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 576 (2024, R\$ 500). Os demais processos têm valor de causa inicial de petição de R\$ 15.497 (2024, R\$ 15.080) e considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 3.888 (2024, R\$ 4.196).

São ao todo 117 processos em 31 de dezembro de 2025 (2024, 103) e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte – é de R\$ 6.757 (2024, R\$ 5.696).

- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 2.515 (2024, R\$ 2.541) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) Na aquisição da BW Guirapá a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 1.309 referente a processos de indenização por danos relativos à implantação dos parques eólicos.

A seguir a movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596	63.746	4061	74.403
Novos processos/complementos	-	446	302	748
Reversões/baixas	(900)	(13.969)	-	(14.869)
Atualizações monetárias	-	2.313	-	2.313
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.696	52.536	4.363	62.595
Novos processos/complementos	1.061	-	-	1.061
Reversões/baixas	-	(4.716)	(31)	(4.747)
Atualizações monetárias	-	2.354	-	2.354
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.757	50.174	4.332	61.263

26.2. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

	Possível	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributária/Administrativa	29.999	30.342
Trabalhistas	484	700
Cíveis	475	480
	30.958	31.522

• Tributária/Administrativa:

Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, sendo em grande parte

em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 13.884 (2024, R\$ 14.059).

PIS e COFINS: No caso das autuações relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2004 e 2006, o risco possível totaliza R\$ 15.295 (2024, R\$ 15.455).

A Prefeitura Municipal de Queimadas autuou por irregularidade nos seus processos minerários e a Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 820 (2024, R\$ 828).

- **Trabalhistas:**

A Companhia possui processos movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) ou ações coletivas com valor de causa inicial das petições atualizada de R\$ 21.187 (2024, R\$ 15.722), para os quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que a perda é possível, sendo que, para esses processos, o risco estimado é R\$ 484 (2024, R\$ 700).

- **Cíveis:**

A Companhia possui ações indenizatórias por danos morais e possessórias contra si ajuizadas, cujo risco é considerado possível por seus assessores jurídicos. Em que pese os pleitos processuais apontem valores totais de causas relevantes, a Companhia, com apoio em seus assessores jurídicos, considera que o risco possível totalizando R\$ 475 (2024, R\$ 480). Adicionalmente, o processo classificado como risco possível que tramita em segredo de justiça perante a vara cível de Pojuca, Bahia, ajuizado em 27 de abril de 2016, tem valor da causa atribuído atualizado em R\$ 186.652 em 31 de dezembro de 2025 (2024, R\$ 188.580), porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

Em 23 de setembro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi citada em ação judicial cujo objeto é discutir a dotação das ações de José de Carvalho para a constituição da Fundação José Carvalho, nos anos 70. A Companhia, protocolou sua contestação em 01 de fevereiro de 2023, apresentando fatos e provas que ratificam a total confiança na improcedência das alegações retratadas na ação. O processo classificado como risco “possível” tem o valor da causa declarado pelo Autor, em petição inicial, de R\$ 1.771.825, porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras. A Companhia reitera a informação de que conflitos de terceiros com sua controladora constituem assunto alheios a si.

27. CONTA RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	78.835	67.095
Ressarcimento	20.254	30.005
Penalidade	4.611	3.020
Atualização	6.868	3.210
Baixa	(10.431)	(24.495)
Saldo no final do período	100.137	78.835

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	73.392	54.852
Não circulante	26.745	23.983
	<u>100.137</u>	<u>78.835</u>

Em regime de autorização, o Complexo Eólico BW Guirapá tem toda a sua produção contratada por um prazo de vinte anos com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva - 2011 (“LER 2011”) no ambiente regulado. As contas de ressarcimento - CCEE se referem às diferenças entre o valor contratado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se encerrou em 30 junho de 2022 e o terceiro quadriênio teve início em julho de 2022.
- Caso a energia fornecida seja inferior a 90% (noventa por cento) da energia contratada, o devido ressarcimento ocorrerá com aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% (noventa por cento) contratados. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% (setenta por cento) do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130% (cento e trinta por cento) contratados. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

Através do comunicado 971/25, a CCEE divulgou a suspensão da cobrança dos ressarcimentos e penalidades de Constrained Off até publicação de nova regulamentação sobre o tema, seguindo o disposto na Lei 15.269/2025. Até o momento, não há previsão de retomada.

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Resultado			Ativo	Passivo	
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Outras (receitas)/ despesas operacionais (iii)	Contas a receber de clientes (ii)	Juros sobre o capital próprio	Outros fornecedores (iii)
Controladora:						
Fundação José Carvalho	-	145	16.188	-	71.627	2.441
Controladas:						
BW Guirapá S.A.	-	-	(599)	-	-	-
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840	-	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	1.524	-	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-	-
Parte relacionada:						
Marubeni Corporation (iv)	-	403.278	61	35.404	-	-
Total em 31 de dezembro de 2025	2.460	403.423	15.650	35.404	71.627	2.441
Total em 31 de dezembro de 2024	2.460	350.130	13.434	1.359	-	670

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Arrendamento das operações das Companhias controladas.
- (ii) Receitas e contas a receber por venda de ligas (FeSi75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.
- (iii) (a) Termo de Cooperação e Parceria para a reserva e garantia de matrículas em escolas da Fundação José Carvalho para dependentes dos funcionários da Companhia que residam nos municípios das sedes escolares (Pojuca, Catu e Andorinhas); (b) Convênio para formação sócio-educativo-esportiva, de crianças de 8 (oito) a 14 (catorze) anos, estudantes de ensino público, visando o desenvolvimento da aprendizagem e da prática esportiva; (c) Termo de Cooperação e Parceria para implantação do Memorial José Carvalho cujo objetivo é preservação da memória, do patrimônio cultural, do acervo existente, da residência do fundador em vida, além de sediar o programa permanente de cultura organizacional; (d) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW Guirapá.
- (iv) A Marubeni Corporation tem participação na Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") em conjunto com a Ferbasa e Japan Metals & Chems - JMC.

Adicionalmente, a Companhia possui, em seu quadro de funcionários, membros próximos da família do pessoal chave da administração, que ocupam cargos gerenciais e remuneração compatível com as respectivas funções, e que foram remunerados pela Ferbasa no montante de R\$ 2.306 no exercício de 2025 (2024, R\$ 2.339).

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

28.1. Remuneração da Administração

Está demonstrada a seguir a remuneração global dos administradores da Cia., que inclui os conselheiros e diretores estatutários, e que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração global	43.328	39.246	48.879	44.019
Encargos sociais	7.536	7.187	8.638	8.142
	<u>50.864</u>	<u>46.433</u>	<u>57.517</u>	<u>52.161</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem pessoal-chave que não sejam estatutários, como, também, não possuem planos de remuneração que utilizam ações da Cia. ou outros benefícios de longo prazo além do divulgado na nota explicativa nº 23.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, totaliza R\$ 1.470.396, sendo que o capital subscrito e integralizado está representado por 353.175 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 117.725 mil ações ordinárias e 235.450 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	116.347.784	62.298.900	116.347.784	62.065.200
Trígono Capital	12.000	9.089.800	12.000	24.127.700
Vanguard Group	-	6.356.044	-	6.237.044
Black Rock	-	4.538.148	-	4.647.526
Outros acionistas	1.240.216	138.984.708	1.240.216	125.709.330
Ações em tesouraria	125.000	14.182.400	125.000	12.663.200
	<u>117.725.000</u>	<u>235.450.000</u>	<u>117.725.000</u>	<u>235.450.000</u>

O limite do capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.000.000 (três bilhões de reais).

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes de ações, sem guardar proporção com as demais ou criar uma classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

29.2. Ações em tesouraria

Em 29 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações para vigorar entre 01 de junho de 2025 a 30 de maio de 2026, através do qual a Companhia poderá adquirir 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) ações preferenciais - FESA4. A aquisição será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando-se os limites previstos na regulamentação aplicável.

As ações adquiridas pela Companhia através dos Programas de Recompra que permanecem em tesouraria, sendo que a decisão sobre sua alienação e/ou cancelamento, será tomada em momento oportuno e devidamente comunicada ao mercado. O volume de ações em tesouraria e seu respectivo valor de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é o que segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	14.182.400	125.000	12.663.200	125.000
Cotação na B3 - R\$/ação	6,93	11,18	8,19	11,40
Custo médio de aquisição - R\$/ação	2,52	0,18	2,02	0,18

Em atendimento às premissas estabelecidas pelo Programa, a Companhia adquiriu, até o encerramento do ano, 1.519.200 (um milhão, quinhentas e dezenove mil e duzentas) ações preferenciais (FESA4).

As ações preferenciais: (i) não têm direito a voto; (ii) têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% (dez por cento) superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias; e (iii) têm prioridade no reembolso de capital.

29.3. Reservas de lucros

- A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos das reservas de lucros.

- As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda, refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda oriundo do lucro da exploração, e do ICMS DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal sobre o saldo devedor do imposto de circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício, e não poderão ser distribuídas a acionistas. Na reserva referente à SUDENE está contemplado, também, valor de reinvestimento do imposto de renda.
- Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. No exercício de 2025, os dividendos prescritos no montante de R\$ 5.439 (2024, R\$ 942) foram revertidos à conta de reserva de lucros, conforme Lei nº 6.404/76.

29.4. Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo atribuído terras - controladora (i)	58.811	58.811	63.385	63.385
Custo atribuído terras - controladas (i)	3.019	3.019	3.019	3.019
Ajustes de obrigações atuariais (nota nº 23)	(9.936)	(11.422)	(9.936)	(11.422)
Ajustes de avaliação patrimonial	278	287	278	287
Impostos diferidos	(16.617)	(16.113)	(18.172)	(17.668)
	<u>35.555</u>	<u>34.582</u>	<u>38.574</u>	<u>37.601</u>

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

29.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá, ocorrida em 2018, no montante de R\$ 49.595.

29.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mantendo-se como pagadora regular de proventos aos acionistas, através de Reuniões do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu em 2025, R\$ 239.500 (2024, R\$ 173.500), como Juros sobre Capital Próprio, os quais R\$ 150.688 serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2025 e R\$ 88.812 distribuídos com base no saldo de reserva de lucro, conforme quadro a seguir:

Deliberação em RCA	Início de pagamento	Valor bruto	Valor bruto por ação (em R\$)	
			Ordinária	Preferencial
		239.500		
29/05/2025	18/06/2025	9.000	0,02481625767	0,02729788344
26/08/2025	18/09/2025	17.500	0,04847721167	0,05332493284
29/10/2025	05/12/2025	73.000	0,20221922581	0,22244114839
29/10/2025	12/06/2026	140.000	0,38781769333	0,42659946266
			31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro líquido do exercício			188.378	327.505
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)			(9.419)	(16.375)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, ICMS DESENVOLVE e reinvestimento)			(1.750)	(26.093)
(=) Lucro base ajustado para distribuição (A)			177.209	285.037
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)			44.302	71.259
Juros sobre capital próprio distribuídos do lucro base ajustado Ações ordinárias- R\$ 0,49089 (2024, R\$ 0,4501) por ação			57.729	52.927
Ações preferenciais - R\$ 0,53998 (2024, R\$ 0,4951) por ação			119.480	110.293
Total (B)			177.209	163.220
Percentual sobre o lucro líquido ajustado para distribuição (B/A)			100%	57%
Juros sobre capital próprio distribuídos por reserva de lucro				
Ações ordinárias - R\$ 0,17255 por ação (2024, R\$ 0,0283)			20.292	3.333
Ações preferenciais - R\$ 0,18981 por ação (2024, R\$ 0,0312)			41.999	6.947
Dividendos distribuídos por reserva de lucro (C)			62.291	10.280
(=) Total Juros sobre capital próprio (B+C)			239.500	173.500

30. LUCRO POR AÇÃO

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	188.378	327.505
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	61.367	106.199
Às ações preferenciais	127.011	221.306
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações sem ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	117.600.000	117.600.000
Preferenciais emitidas	221.267.600	222.786.800
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$)		
Ações ordinárias	0,52183	0,90305
Ações preferenciais	0,57401	0,99335

(*) A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas brutas				
Mercado interno	1.507.504	1.317.323	1.622.316	1.415.891
Mercado externo	1.042.543	1.144.505	1.042.543	1.144.505
	<u>2.550.047</u>	<u>2.461.828</u>	<u>2.664.859</u>	<u>2.560.396</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(19.947)	(43.672)	(19.947)	(43.672)
Impostos sobre vendas	(305.447)	(275.330)	(310.458)	(280.020)
	<u>(325.394)</u>	<u>(319.002)</u>	<u>(330.405)</u>	<u>(323.692)</u>
	<u>2.224.653</u>	<u>2.142.826</u>	<u>2.334.454</u>	<u>2.236.704</u>

32. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos (i)	(1.973.127)	(1.745.058)	(2.066.709)	(1.840.126)
Despesas com vendas	(26.796)	(21.547)	(26.796)	(21.547)
Despesas gerais e administrativas	(131.176)	(120.321)	(138.482)	(127.830)
Participação no lucro dos funcionários	(23.107)	(38.232)	(23.107)	(38.232)
Remuneração da Administração	(50.864)	(46.433)	(57.517)	(52.161)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(205.147)</u>	<u>(204.986)</u>	<u>(219.106)</u>	<u>(218.223)</u>
Outras receitas/(despesas), líquidas (iii)	<u>(113.445)</u>	<u>(54.932)</u>	<u>(118.155)</u>	<u>(59.505)</u>
	<u>(2.318.515)</u>	<u>(2.026.523)</u>	<u>(2.430.766)</u>	<u>(2.139.401)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(1.048.511)	(885.643)	(1.093.673)	(973.222)
Despesas com pessoal (ii)	(521.470)	(491.648)	(533.606)	(447.241)
Despesas depreciação e exaustão	(232.891)	(215.660)	(277.900)	(260.536)
Despesas com prestação de serviços	(217.779)	(206.958)	(222.818)	(226.483)
Despesas com manutenção e reparos	(126.489)	(116.750)	(126.577)	(117.365)
Combustíveis e lubrificantes	(35.301)	(33.418)	(35.408)	(33.535)
Custo da capacidade ociosa	(22.629)	(21.514)	(22.629)	(21.514)
Outras receitas/(despesas), líquidas (iii)	(113.445)	(54.932)	(118.155)	(59.505)
	<u>(2.318.515)</u>	<u>(2.026.523)</u>	<u>(2.430.766)</u>	<u>(2.139.401)</u>

(i) Os custos dos produtos vendidos incluem:

- Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 (catorze) fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como nas minerações.
- A Companhia importa coque metalúrgico (*met coke*) reativo (*commodity* disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), predominantemente por modal ferroviário e transporte rodoviário.
- No consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$ 95.829 (2024, R\$ 97.313).

(ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

(iii) A seguir a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefício pós-emprego	(3.012)	(3.490)	(3.012)	(3.490)
Responsabilidade social e empresarial	(20.215)	(17.625)	(20.302)	(17.693)
Cessão de energia	(1.898)	9.021	(1.898)	9.021
Consultorias e pesquisas	(43.398)	(35.318)	(43.398)	(35.950)
Outros impostos e contribuições	(23.319)	(16.147)	(25.025)	(17.500)
Realização da mais-valia	-	-	(4.418)	(4.418)
Créditos tributários	3.191	20.524	3.191	20.524
Outras despesas	(24.794)	(11.897)	(23.293)	(9.999)
	<u>(113.445)</u>	<u>(54.932)</u>	<u>(118.155)</u>	<u>(59.505)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	117.221	103.499	142.218	120.604
Atualização de créditos tributários (i)	12.790	69.236	12.790	69.236
Variação cambial	58.168	36.197	58.251	36.236
Atualização provisão desmobilização	-	4.267	-	9.509
Outras receitas financeiras	8.830	6.728	8.927	7.741
	<u>197.009</u>	<u>219.927</u>	<u>222.186</u>	<u>243.326</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial	(31.920)	(41.251)	(31.920)	(41.210)
Juros incorridos	(16.916)	(13.764)	(38.367)	(32.415)
Outras despesas financeiras	(17.596)	(17.004)	(26.228)	(21.795)
	<u>(66.432)</u>	<u>(72.019)</u>	<u>(96.515)</u>	<u>(95.420)</u>
	<u>130.577</u>	<u>147.908</u>	<u>125.671</u>	<u>147.906</u>

- (i) Para 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 69.236 (Controladora e Consolidado) inclui-se à atualização monetária de R\$ 59.376 referente ao crédito prêmio IPI, constituída em 2024 e recebida em janeiro de 2025, conforme nota explicativa nº 13.

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A gestão das operações é realizada pela diretoria executiva, capitaneada pelo diretor presidente, para cumprimento das diretrizes estabelecidas no orçamento operacional e de investimento da Companhia, os quais são anualmente aprovados pelo Conselho de Administração. A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional, que é verticalizada, levando em conta os produtos que foram comercializados:

- Segmento de ferroligas - ferroligas de cromo alto carbono, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo, de silício especial e o silício “standard”;
- Segmento energia eólica - geração de energia elétrica da subsidiária BW Guirapá;
- Outros - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

	Consolidado							
	Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<u>Vendas líquidas</u>								
Mercado interno	1.141.426	981.810	110.028	94.105	57.455	57.718	1.308.909	1.133.633
Mercado externo	1.025.430	1.103.071	-	-	115	-	1.025.545	1.103.071
	<u>2.166.856</u>	<u>2.084.881</u>	<u>110.028</u>	<u>94.105</u>	<u>57.570</u>	<u>57.718</u>	<u>2.334.454</u>	<u>2.236.704</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.842.594)	(1.628.509)	(95.829)	(97.313)	(128.286)	(114.304)	(2.066.709)	(1.840.126)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	-	143.401	74.626	143.401	74.626
Lucro bruto	<u>324.262</u>	<u>456.372</u>	<u>14.199</u>	<u>(3.208)</u>	<u>72.685</u>	<u>18.040</u>	<u>411.146</u>	<u>471.204</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Despesas operacionais	(344.103)	(282.342)	(10.812)	(9.117)	(9.142)	(7.816)	(364.057)	(299.275)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(19.841)	174.030	3.387	(12.325)	63.543	10.224	47.089	171.929
<u>Vendas de produtos (toneladas)</u>								
Mercado interno	154.582	131.728						
Mercado externo	132.196	136.895						
	<u>286.778</u>	<u>268.623</u>						

35. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos de longo prazo com fornecedores na modalidade de *take or pay* com transporte ferroviário e fornecimento de biorredutor, além de contratos de reserva de potência e transmissão de energia. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Não existem passivos registrados além do montante que é reconhecido mensalmente. Esses compromissos de longo prazo totalizam R\$ 131.150 na controladora e R\$ 142.285 no consolidado, por ano.

36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos, transporte internacional importação e exportação, responsabilidade civil, empresarial, seguro garantia e de riscos operacionais de geração de energia eólica, em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 269.245 (2024, R\$ 287.056) na controladora e R\$ 1.141.020 (2024, R\$ 1.172.615) no consolidado.

37. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante os exercícios de 2025 e de 2024 a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ganho (perda) com passivo atuarial	23	5.908	3.490	5.908	3.490
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	17.2	20.077	69.277	20.077	69.608
Depreciação Direito de uso apropriada ao custo do estoque	17.2	3.483	9.730	3.483	9.730
Exaustão apropriada ao custo do estoque	18	6.186	3.658	6.186	3.658
Realização da mais-valia	16	4.418	4.418	4.418	4.418

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio

Gerente de Contabilidade

CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA
SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA
CNPJ 15.141.799/0001-03
NIRE 293.000.043.91

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cia. de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, no uso de suas atribuições legais, consoante às disposições do artigo 163 da Lei nº 6.404/1976, e ainda em cumprimento às normas estatutárias, em reunião realizada em 02 de março de 2026, presencialmente, na sede do Escritório Corporativo, em Salvador/BA, examinou as demonstrações financeiras e as notas explicativas, o relatório da administração, a proposta da Administração para destinação dos resultados do exercício social, e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 2025. O Conselheiro *Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto* registrou um ponto de atenção em relação ao item Remuneração do Conselho de Administração, enviado sob forma manifestação de voto, anexado à respectiva ata. Com base nos exames efetuados e considerando-se, ainda, a apresentação do relatório conclusivo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem quaisquer ressalvas, cuja publicação do respectivo parecer de auditoria se dará em 06 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, abaixo-firmados, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e os demais documentos acima, estão adequadamente apresentados em seus aspectos relevantes, e opinam que estão em condições de serem apreciados pelos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Salvador, 02 de março de 2026.

Emanuel Paixão de Oliveira
Conselheiro

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto
Conselheiro

Cristiano Lima da Mota
Conselheiro

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins dos dispostos do inciso VI, do parágrafo §1º, do artigo 27 da Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Salvador, 2 de março de 2026.

Silvano de Souza Andrade
Diretor Presidente

Álvaro Fernandes Santos
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Davi Lopes Perez
Diretor Jurídico

Eriberto do Nascimento Leite
Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Geologia e Mineração

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins dos dispostos do inciso V, do parágrafo §1º, do artigo 27 da Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, relativamente as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Salvador, 2 de março de 2026.

Silvano de Souza Andrade
Diretor Presidente

Álvaro Fernandes Santos
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Davi Lopes Perez
Diretor Jurídico

Eriberto do Nascimento Leite
Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Geologia e Mineração